



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LÍVIA DE OLIVEIRA CUNHA

**OS DISCURSOS NOS DOCUMENTOS DE DOMÍNIO PÚBLICO SOBRE
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

BELÉM - PA
2017

LÍVIA DE OLIVEIRA CUNHA

**OS DISCURSOS NOS DOCUMENTOS DE DOMÍNIO PÚBLICO SOBRE
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação apresentada Programa de Pós Graduação em
Psicologia (PPGP), área de concentração: Psicologia,
Sociedade e Saúde, como requisito final para obtenção do
título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Freire Piani

BELÉM - PA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gera da automaticamente pelo módulo Fica, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C972d Cunha, Livia de Oliveira
Os discursos nos documentos de domínio público sobre pessoas em situação de rua / Livia de Oliveira
Cunha. - 2017.
66 f.; il. color.
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Pedro Paulo Freire, Piani
1. Pessoas em situação de rua. 2. Documentos de domínio público. 3. Práticas discursivas. I. Piani, Pedro Paulo Freire, orient. II. Título

LÍVIA DE OLIVEIRA CUNHA

**OS DISCURSOS NOS DOCUMENTOS DE DOMÍNIO PÚBLICO SOBRE PESSOAS
EM SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação apresentada Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGP), área de concentração: Psicologia, Sociedade e Saúde, como requisito final para obtenção do título de Mestre.

Belém, 29 de setembro de 2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Paulo Freire Piani
Orientador – Presidente

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Isaac Machado Brigagão
Universidade de São Paulo (Membro externo – USP)

Prof. Dr. Leandro Passarinho Reis Júnior
Universidade Federal do Pará (Membro interno – UFPA)

Prof. Dr. Paulo de Tarso Ribeiro Oliveira
Universidade Federal do Pará (Suplente – UFPA)

A todas as pessoas em situação de rua.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Sérgio, por ser o homem que me trouxe os mais diferentes questionamentos da vida, que me apresentou diferentes mundos, cheio de beleza e simplicidade e, talvez, a pessoa que mais acreditou em mim como pessoa e futura profissional. Uma presença tão marcante que até hoje é base para minha conduta de vida.

À minha mãe Francisca, por me mostrar desde cedo à luta de uma mulher na sociedade. Sua história é inspiração para nunca desistir dos meus sonhos. A paciência e todo investimento que realizou sobre mim são motivos de alegria em meu coração.

À minha irmã Liliane, minha companheira de quarto, de brinquedos e brincadeiras, de escola, de amigos, família e de nossos pais, de compreensão mútua de tudo que vivemos juntas. Juntas, somos mais fortes. Ao meu cunhado Alberto, por fazer minha irmã feliz e, hoje, sermos uma família. Obrigada à minha levada Sofia, sobrinha que eu tanto amo e me esforço para contribuir em seu desenvolvimento de forma leve e feliz.

Ao meu amor Carlos. Homem doce, que tem me mostrado a vida sob uma ótica linda de se enxergar. Compartilhando o trabalho, o lar e a vida em todas as suas nuances. Pessoa que eu tenho uma admiração e um querer enorme! Amo você.

À Universidade Federal do Pará, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida no período deste estudo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Pedro Paulo Freire Piani. Homem com um vasto conhecimento, extremamente paciente, educado, empático e humilde. Obrigada por todo conhecimento.

Aos membros da banca. Prof.^a Dr.^a Jacqueline Brigagão, Prof. Dr. Leandro Passarinho e Prof. Dr. Paulo Oliveira. As ricas considerações da qualificação trouxeram crescimento técnico para essa pesquisa e me fazem acreditar no seu resultado final.

Aos professores e professoras do PPGP, em especial ao Prof. Pedro Piani, Paulo Oliveira, Flávia Lemos e Lúcia Lima.

À coordenação do PPGP e as secretárias Tânia e Francisca, por toda dedicação a nós discentes.

Aos grupos de pesquisa que eu participo. Grupo Saúde na Amazônia e Transversalizando, além do Núcleo Belém da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Muito obrigada pela rica partilha ao longo desses mais de dois anos. Obrigada Eric, Mário e Walber.

Ao Ari, que foi fundamental na construção desse projeto, pois de forma incansável, não mediu esforços para estudar, questionar e engrandecer esta pesquisa.

Aos amigos e amigas do mestrado, Turma 2015-2017, em especial Feliciano, Rachel, Caroline Maciel, Joelma e Lorena e nossa agregada do doutorado, Roberta.

Às amigas e ao amigo de vida: Loana, Danielle, Tatiana, Aline, Raíza, Luísa, Daniele, Agnes e Márcio.

Aos colegas de trabalho da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) e do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém (IPAMB). Em especial, a Margarida e a Carolina Malcher.

A todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente.

Muito Obrigada!



Foto: Carlos Chagas

O Bicho

Vi ontem um bicho
Na Imundice do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato,
O bicho, meu Deus, era um homem.
(Manuel Bandeira)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo principal analisar o discurso sobre pessoas em situação de rua adotado em dois documentos de domínio público, destinados a esta população, especificamente a “Política Nacional Para Inclusão Social da População em situação de rua” (2008) e o documento “Saúde da População em situação de rua: um direito humano” (2014). A abordagem utilizada baseia-se nas práticas discursivas, na perspectiva da análise de documentos. Isso significa compreender a produção de sentidos presentes no cotidiano da vida nas suas diversas formas de se comunicar, seja através do diálogo entre pessoas ou, como no caso desta pesquisa, nos conteúdos expressos em documentos. Principais autores no estudo da lingüística e, por conseguinte das práticas discursivas foram fundamentais na escolha de ferramentas analíticas. Os autores escolhidos para dialogar na fundamentação teórica são sociólogos e cientistas políticos europeus, bem como autores brasileiros que buscam historicizar alguns processos de exclusão. Assim, são trabalhados temas da desfiliação social, a estigmatização, os indivíduos redundantes e o refugio humano e o debate sobre a cidadania regulada. As análises empreendidas apontam para discursos semelhantes presentes nos dois documentos, com destaque na heterogeneidade da população em situação de rua, a afirmativa de que gênero, raça/cor, idade, deficiência física e mental são fatores determinante para chegada dessas pessoas nas ruas e a participação dos Movimentos Sociais tem crescido e colaborado na construção desses documentos. Os documentos são, em geral, Políticas Públicas executora da garantia de direitos humanos.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua; Documentos de domínio Público; Práticas discursivas.

ABSTRACT

The present work has as main objective to analyze the discourse on street people adopted two documents in the public domain, intended for this population, specifically the "National Policy For Social inclusion of the population in street situation" (2008) and the document "Health of the population in street situation: a human right" (2014). The approach used is based on discursive practices, in the context of the analysis of documents. This means understanding the production of meaning present in everyday life in its various forms to communicate, either through the dialogue between people or, as in the case of this research, in the contents expressed in documents. Main authors in the study of Linguistics and discursive practices were instrumental in selecting analytical tools the authors chosen for dialogue on theoretical foundation are European sociologists and political scientists, as well as Brazilian authors who seek to historicize some processes of exclusion. Thus, social disaffiliation, the stigma, the redundant people and the human refuge and the debate on regulated citizenship are worked. The analyses undertaken point to similar speeches in two documents, with emphasis on heterogeneity of the street population, affirmative that gender, race/color, age, physical and mental disabilities are decisive factors for arrival of these people in the streets and the participation of social movements has grown and collaborated in the construction of these documents. The documents are generally executing public policies ensuring human rights.

Keywords: People in street situation; Public Domain Documents; Discursive practices.

LISTA DE SIGLAS

CF 88	Constituição Federal
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MS	Ministério da Saúde
PPGP	Programa de pós-graduação em Psicologia
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFPA	Universidade Federal do Pará

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos Nacionais destinados às Pessoas Adultas em Situação de Rua	37
Quadro 2 - Discursos encontrados sobre população em situação de rua na Política Nacional Para Inclusão Social da População em situação de rua (2008).	44
Quadro 3 - Discursos sobre os dispositivos propostos.....	50
Quadro 4 - Discursos encontrados sobre população em situação de rua na cartilha sobre Saúde da População em Situação de Rua: um direito humano (2014).....	53
Quadro 5 - Sobre os Movimentos Sociais	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: REFLEXÕES, CONCEITOS E ANÁLISE CRÍTICA.....	18
3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	28
3.1 AS PRÁTICAS DISCURSIVAS NA ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE DOMÍNIO PÚBLICO.....	28
3.2 QUANTO À ESCOLHA DOS DOCUMENTOS.....	37
4 ANÁLISE	41
4.1 ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (2008).....	42
4.1.1 Discussão.....	45
4.2 ANÁLISE DA SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM DIREITO HUMANO (2014).....	52
4.2.1 Discussão.....	53
4.3 O QUE SE DIZ NOS DOCUMENTOS ANALISADOS	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE	65
APÊNDICE A - DECRETO S/N DE 25 DE OUTUBRO DE 2006	66

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a situação de pessoas que vivem nas ruas pode nos levar a questionar qual a perspectiva adotada sobre essas pessoas. Mesmo diante dos diversos julgamentos que possam emergir, é importante ressaltar que, nos últimos 10 anos, necessitou-se validar políticas públicas voltadas às pessoas vivendo nas ruas e, assim, intensificou-se o debate e as pesquisas na área.

Independente da cidade (local), dos costumes e especificidades (cultura), e do momento histórico que se esteja falando (tempo), a pessoa em situação de rua transita nesses diferentes lugares e culturas, e está presente nos diferentes momentos da história. Portanto, é possível até mesmo afirmar que na história das sociedades e da vida urbana existem pessoas vivendo nas ruas; e, talvez, por serem figuras tão cotidianas, foram (e ainda são) tão invisíveis. Assim, é válido compreender como a sociedade e as políticas públicas vêm se relacionando com essas pessoas no momento histórico atual, já que este é um tema que tem protagonizado muitas discussões e pesquisas.

Na realidade amazônica, mais precisamente em Belém do Pará, é comum crescer vendo pessoas circulando, comendo e dormindo pelas calçadas do Ver-o-Peso (principal mercado popular da cidade), Praça da República, Praça e Mercado de São Brás, e todos os demais cartões postais da cidade. E não obstante, crescer ouvindo várias denominações, a maioria de cunho negativo, dada pela sociedade que se julga “não pertencer à rua”.

Em seu trabalho que analisou o contexto amazônico, Daiane Gasparetto Silva (2014), em sua dissertação de mestrado produzida em Belém do Pará, buscou os testemunhos de dez pessoas em situação de rua de dois bairros de Belém, através da genealogia de Foucault e a Cartografia de Deleuze e Guattari, perspectivas teóricas diferentes de nossa pesquisa, mas que se aproxima pela temática e pela consideração de que pessoas em situação de rua podem ser consideradas desfiladas, por estarem ausentes do trabalho e das relações de afeto como pontua Castel, que será discutido ao longo deste trabalho.

É a partir da realidade crua do “viver na rua”, comum a várias pessoas, que passa a ocorrer também um olhar do entorno social. Essas pessoas que habitam a cidade de outra maneira, evocando vários movimentos, de estranhamento, de indiferença, de afastamento e de violência, como também suscita a curiosidade, a solidariedade, a reflexão sobre o que leva alguém a estar na rua, a ser “diferente” da maioria, levando ao surgimento de ações beneficentes e inclusivas, intervenções coletivas e comunitárias voltadas a pessoas de rua,

fundamentadas no compromisso em olhar essas pessoas e suas necessidades, assim como, programas e projetos, práticas profissionais e intervenções técnicas, legitimadas por políticas públicas e diretrizes diversas.

E necessário analisar a legitimidade desses fazeres governamentais, documentais, sociais e populares existentes, quando se pensa nos movimentos hoje protagonizados pelas próprias populações de rua, ou seja, há organização em ambos os lados, ou grupos, ou ainda instâncias, pois um novo olhar social se estabeleceu sobre determinado grupo.

A partir da elaboração de políticas e diretrizes gerais para pessoas em situação de rua, abriu-se a possibilidade de construção de saberes e fazeres profissionais baseados em documentos produzidos de várias origens (governo, sociedade civil e movimentos sociais, conselhos de classe, instituições diversas, entre outras). De acordo com essa múltipla derivação, a qual exige uma visão crítica no exame das relações entre os diferentes atores envolvidos (usuários, profissionais, instituições, governo), além do interesse nos contextos em que se constroem as concepções materializadas nos conteúdos produzidos, é que se pretende analisar aqui o discurso sobre pessoas em situação de rua nos documentos de domínio público.

Para tal, parte-se do princípio de que cada campo do conhecimento tem um saber-fazer próprio, mesmo partindo de princípios mais gerais. Logo, é possível afirmar que todas as áreas profissionais podem ter diretrizes próprias, escritas ou não escritas, que direcionam a atuação e a relação profissional-usuário, neste caso a pessoa em situação de rua. De um modo geral, a atuação profissional orienta-se por documentos, leis, normas, orientações técnicas etc., que legitimam e/ou norteiam os diversos campos e áreas específicas aos quais são destinados.

Nesses anos de exercício profissional na esfera pública, tanto no Sistema único de Saúde (SUS), quanto no Sistema único da Assistência Social (SUAS), a pesquisadora teve a possibilidade de estudar diversos documentos que regem os serviços e a relação com os seus usuários. Isto é, além da prática do profissional, que tem a marca na escuta, vínculo e no acolhimento, estando no serviço público é necessário conhecer minimamente as políticas vigentes, atrelando-as ao fazer profissional. Neste sentido, essa é a primeira justificativa para a pesquisa em documentos. Os documentos possuem uma legitimidade e podem ser determinantes para a efetivação de cidadania e garantia de direitos ou, até mesmo, para fomentar a segregação dos usuários nos serviços. Nos documentos, pode-se visualizar início, meio e fim de diversos tipos de concepções.

Na atuação da pesquisadora em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), equipamento público da Assistência Social, de um município da região metropolitana de Belém, a gestão solicitou que a equipe começasse a fazer abordagem social a pessoas em situação de rua, pois era um serviço que estava parado, devido à ausência de equipe, mas, principalmente, ausência de incentivo público. Tal urgência se dava devido constar na Política da Assistência Social e não constar na execução. Ora, atendem-se pessoas em situação de rua para que a efetivação da garantia de direitos se estenda a todas as pessoas ou para cumprimento de protocolos? Essa seria a segunda justificativa na pesquisa de documentos, buscar saber o que estes dizem a respeito das pessoas em situação de rua.

Ao longo de sua prática, a pesquisadora teve acesso a alguns usuários em situação de rua, pôde dialogar com colegas para conhecer melhor o trabalho multiprofissional e interdisciplinar em rede, e acompanhara complexidade desses atendimentos, os quais necessitam de intervenção nas várias esferas das políticas públicas (saúde, assistência social, educação, justiça, direitos humanos) e que frequentemente causam profunda inquietação, pois, às vezes não se sabe necessariamente o que fazer (tanto com o usuário, quanto com a inquietação). Surge então a terceira justificativa desta pesquisa, estudar a temática de pessoas em situação de rua e identificar o que a ciência pode contribuir neste debate. Analisar criticamente a situação de pessoas vivendo nas ruas, em uma perspectiva documental, é também fazer um resgate da memória, de como se olha esses indivíduos no passado, no presente, e como se quer olhar futuramente.

Crescer em um contexto de pobreza, onde as pessoas em situação de rua são utilizadas como exemplo do que não se deve ser, ou ainda, ser questionada desde cedo sobre as segregações sociais, mas sempre como foco a superação de “classe” socioeconômica em que se encontra, é parte das histórias que a pesquisadora vivenciou; construção subjetiva essa que formula o problema de pesquisa, pois inevitavelmente esta construção afeta o pensar na Academia. Esta trajetória e tantas outras motivam a escolha sempre por trabalhos que envolvam as pessoas quem mais necessitam, principalmente buscando ouvir e acolher demandas de violações de direitos. No Brasil, historicamente, não é raro encontrar pessoas nesta situação, o que faz o campo da psicologia social também fértil para analisar essas situações.

Os documentos são uma fonte sobre as concepções acerca da população em situação de rua, os diferentes documentos podem lançar diversas percepções deste grupo. Neste estudo,

foi possível ter acesso a documentos dos diferentes poderes governamentais produzidos nesse período recente.

Para tanto, pretende-se analisar a “**Política Nacional Para Inclusão Social da População em situação de rua**” (2008), documento que é referência hoje no Brasil em relação às diretrizes para ações de cuidado com população de rua, o qual foi redigido por um grupo de trabalho interministerial, tendo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) como um dos seus membros. Por meio do decreto presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, institui-se essa Política Nacional para esta população e a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da referida política nacional. Além deste, pretende-se analisar também outro documento produzido recentemente pelo Ministério da Saúde, o documento intitulado “**Saúde da População em situação de rua: um direito humano**” (2014), uma cartilha, cujo objetivo é expor diretrizes, estratégias e ações destinadas à melhoria das ações de saúde para população em situação de rua.

Pesquisar a partir de um documento amplo funciona como alicerce para as demais políticas, como é o caso da política nacional, bem como um documento da saúde, que é uma das frentes de trabalho que necessita de uma percepção e ação específica a essa população, é o foco deste trabalho.

O tema da saúde é de escolha da pesquisadora, como psicóloga da saúde e membro do grupo “Saúde na Amazônia”, pois é uma política social do poder executivo de grande interesse e que fortalece o Sistema Único de Saúde como sistema público.

A metodologia a ser utilizada diz respeito às práticas discursivas, na perspectiva da análise de documentos de domínio público. Tem-se como base para análise autores como Robert Castel, Erving Goffman, Zygmunt Bauman, Mary Jane Spink e Peter Spink.

As reflexões desses autores têm instigado criticamente a forma de pensar a vida atual em sociedade, principalmente das pessoas ditas excluídas e/ou à margem das estruturas sociais contemporâneas, tornando-se referências para a pesquisa em psicologia social que deseja dialogar com outras áreas das ciências humanas, como a saúde coletiva e as ciências sociais. Os grupos que hoje são vistos transitando na sociedade como excluídos, sem acesso a bens fundamentais para a vida, com lugares determinados ou não pelo Estado e por amplo segmento da sociedade, resultam de determinações complexas que incluem aspectos econômicos, de mercado, de estágio de direitos sociais, de condições para a realização como pessoas.

Nesse contexto, o social aqui é entendido como uma produção histórica de grupos e instituições determinados por fatores relacionados a uma economia política que afeta a vida, que por sua vez refaz o social em um movimento intenso de determinações e mudanças.

Assim, considerando a produção de diretrizes, dispositivos¹, nomeações que dispensam para este coletivo, bem como toda a gama de intervenções técnicas, coletivas e comunitárias, projetos e programas propostos às populações de rua. Busca-se nesta pesquisa, entender como os discursos sobre pessoas em situação de rua são organizados e sistematizados nos documentos de domínio público, sendo estes: **“Política Nacional Para Inclusão Social da População em situação de rua”** e **“Saúde da População em situação de rua: um direito humano”**.

Ademais, pretende-se analisar as similaridades e intersecções entre a produção dos discursos produzidos pelos documentos e a participação dos movimentos sociais para formulação desses documentos, tendo em vista que desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, é possível considerar grande influência dos movimentos sociais na efetivação de políticas públicas.

1 A palavra “dispositivo” estará presente em vários momentos dessa pesquisa. Para tanto, é necessário pontuar um breve entendimento sobre o seu conceito. De acordo com Agamben (2005, p. 9), há três pontos importantes a serem levantados a partir de uma perspectiva foucaultiana.

- 1) É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. o dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.
- 2) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder
- 3) É algo do geral porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico.

Segundo o autor, nos dicionários franceses, a palavra “dispositivo” aparece também com significado jurídico, tecnológico e militar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: REFLEXÕES, CONCEITOS E ANÁLISE CRÍTICA

No Brasil, a temática sobre pessoas em situação de rua entrou em discussão no cenário acadêmico e social, seja pelas políticas públicas implantadas nos últimos anos, seja pelo crescimento de pesquisas na área, e também pelo incômodo do que se imagina ser o crescente número de pessoas vivendo nas ruas, ocasionando uma associação freqüente da condição de estar nas ruas a outras condições de degradação humana.

Há evidências de que essa realidade das pessoas utilizarem os espaços públicos para viver existe há muito tempo. No século XIX, por exemplo, a classe operária de Paris valorizava mais a cidade do que a moradia: “As camadas populares das grandes capitais européias lutavam tenazmente pelo direito ao espaço público, pelo direito à cidade.” (PECHMAN, p. 29, 1993).

Ainda de acordo com o autor, essa posição da classe popular é fácil de compreender, pois a cidade e o espaço urbano eram vitais nos expedientes de sobrevivência das camadas populares. Assim, a rua enquanto espaço público foi se tornando mais importante até do que a moradia para a população pobre, pois também se constituía enquanto espaço de resistência (PECHMAN, 1993).

De Lucca (2007) afirma que no Brasil, até mais ou menos no final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, parecia não haver a ideia hoje disseminada da população de rua, considerada como um coletivo. O que havia era a imagem da prática de mendicância nas ruas, do antigo mendigo e de seu fracasso social e moral. Logo, não existia o discurso sobre pessoas em situação de rua, que parece ser uma invenção social mais recente.

Analisando as sociedades contemporâneas nos fenômenos que estão por trás dos grupos “excluídos”, Castel (1997) propõe algumas reflexões no modo de existir desses indivíduos, os chamados “indigentes”, aqueles sem domicílio fixo, certos toxicômanos, aqueles jovens à deriva em subúrbios, considerados como deserdados.

Segundo o autor, a miséria econômica está na base da maior parte das situações de grande marginalidade, ou até mesmo de todas. O termo marginalidade é assim abordado, já que:

Trata-se de tentar tomar a marginalização como um **processo** e de compreender a situação desses indivíduos como resultado de uma dinâmica de exclusão, que se manifesta **antes** que ela produza efeitos completamente dessocializantes. A grande marginalidade apresenta-se, assim, **ao fim de um percurso**. Esta zona de exclusão ou de quase exclusão é alimentada tanto por marginais propriamente ditos como por aqueles que estão ameaçados, instáveis, frágeis, correndo o risco de cair na marginalidade (CASTEL, 1997, p. 20).

Desta forma, Castel delinea uma contextualização da pobreza até a chegada de uma compreensão das pessoas à situação de rua. Segundo ele, existe uma **pobreza integrada**, isto é, pessoas que vivem no patamar da pobreza, sem qualquer tipo de reserva econômica, como os artesãos da Europa, os quais eram vistos como autônomos, não necessitando de uma política social especial. Castel enfatiza também que existe, para além da pobreza, uma **indigência integrada**, condição na qual não há ainda a marginalidade.

Frente a essa reflexão, nasce a lógica dos serviços sociais, cujo objetivo é de proteção social a um determinado público-alvo, os pobres e indigentes ainda socialmente integrados:

[...] significa que para essas populações são mobilizados recursos, especialistas e instituições especiais para atender seus problemas particulares. Assim foram distinguidos os indigentes, os inválidos, as crianças abandonadas, as viúvas e a velhice desamparada, os doentes mentais, os delinquentes, os toxicômanos, etc. Hoje somos tentados a incluir aí os desempregados de longa duração, os jovens dessocializados, as famílias monoparentais, podendo-se ampliar esta lista infinitamente. O modelo que se encontra por trás desta orientação é a extensão e o aperfeiçoamento do que Goffman chama de relação de serviço: fazer corresponder às populações-alvo certas competências profissionais e institucionais específicas (CASTEL, 1997, p. 21).

Tal circunstância permitiu a criação dos serviços sociais, que obviamente foram mais dignos às pessoas do que o abandono em si. No entanto, o autor aponta, em relação à assistência aos desvalidos, para duas situações bastante pertinentes:

Primeiramente ela contém sempre um caráter estigmatizante, como é exemplo típico a psiquiatria clássica, que propõe um atendimento social especializado, com instituições especiais, profissionais especializados, e mesmo uma legislação específica. Esse desdobramento técnico conduziu ao Hospital psiquiátrico clássico, a formas cientificamente legitimadas de exclusão, das quais a medicina mental moderna tem muita dificuldade em superar.

Mas além do risco de confinar os assistidos numa espécie de destino social e institucional definitivo, observa-se cada vez mais novas formas de marginalidade que não se enquadram facilmente nesse sistema de categorização (CASTEL, 1997, p. 22).

Para além da pobreza integrada, composta pela classe trabalhadora, e da indigência integrada, das pessoas que dependem das ações de socorro e ainda possuem inserção comunitária, as formas de marginalidade que não se encaixam nos sistemas de classificação

social são aquelas compostas pela **indigência desfilhada**, marginalizada ou excluída, que não encontra um lugar nem na ordem do trabalho (pessoas aptas a trabalhar, mas sem emprego e sem vínculos familiares), nem na ordem comunitária (indigentes inválidos ao trabalho, sem familiares e sem domicílio).

Em seus estudos, Castel faz referência à noção de estigma, conceito retomado por Goffman (que atribui sua utilização já desde os gregos), para se referir à condição estigmatizante, na qual se encontram todos esses sujeitos considerados socialmente como marginais e indigentes.

Para Goffman (2013), o ser humano faz algumas exigências no contato com um indivíduo, muito embora não haja um reconhecimento da existência dessa atitude. A partir dessas exigências pré-estabelecidas, há um questionamento: “essas exigências são preenchidas?”. De acordo com o autor, é nesse ponto que “o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização “efetiva”, uma **identidade social virtual**”, ou seja, aquilo que se espera e se deseja encontrar, mas não é encontrado. Mais adiante, Goffman afirma que “a categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua **identidade social real**” (GOFFMAN, 2013, p. 12). Desta forma, é possível afirmar que:

[...] deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN 2013, p. 12).

De acordo com Goffman (2013, p. 14), é possível falar em três tipos de estigma, nitidamente diferentes. Em uma primeira dimensão, “há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas”. Em segundo lugar, “as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade”, sendo que essas afirmativas podem ser exemplificadas a partir de “distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical”. Por último, “há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família” (GOFFMAN, 2013, p. 14).

No caso das pessoas em situação de rua, o pensamento de Goffman se encaixa nitidamente nos discursos presentes no cotidiano, quando o autor se refere ao atributo negativo de distanciamento da noção de normalidade.

Em todos esses exemplos de estigma [...] um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados *normais* (GOFFMAN, 2013, p. 14).

Assim, no Brasil, algumas pessoas têm buscado, no discurso vigente, a ruptura com a visão preconceituosa e estigmatizante da sociedade civil e também do Estado sobre a população em situação de rua, para a qual se costuma restringir ações assistencialistas, paternalistas, autoritárias e de “higienização social”². No texto da Política Nacional de Pessoas em Situação de Rua, por exemplo, encontra-se a afirmação de que:

[...] a rua não deve ser vista somente como lugar de circulação entre espaços privados, a proposta inicial é a tentativa de (re) integração dessas pessoas à sua rede familiar, comunitária e acesso aos direitos garantidos pela Constituição de 1988, porém é necessário o respeito ao protagonismo dos movimentos sociais voltados a este público que contribuam para efetivação desse processo (BRASIL, 2008, p. 4).

No campo da política nacional, apresentam-se reflexões fundamentais para o trabalho com este público, alternativas de “alojamento”, trabalho multiprofissional, entre outros. Entretanto, traçando um paralelo com as proposições de Castel e Goffman, pode-se dizer que todo esse esforço e aparato atual da política pública brasileira não deixam de apontar para formas legítimas de exclusão e para um tipo de estigmatização, pois segrega pessoas em situação de rua das demais pessoas inseridas na sociedade. A própria criação de serviços exclusivos para esse tipo de atendimento pode ofertar possibilidades de “ressocialização”, mas não deixa de, na maioria das vezes, seguir excluindo, ainda que tal investimento seja considerado necessário e mais aceitável do que afinal não lhes ofertar absolutamente nada. É de fato uma política compensatória consonante ao contexto histórico brasileiro.

Castel (1987) afirma que esse tipo de serviço que é pensado e executado aos excluídos, é a chamada “gestão de risco”, pois faz alusão a um risco iminente, situações à margem, que se não forem cuidadas podem desencadear uma calamidade. Logo, é válida a afirmativa de que todo serviço de saúde e de assistência é uma gestão de riscos. Surgem alguns questionamentos feitos pelo autor, como: “prevenir ou reparar?”, “serviço ao usuário ou controle social?”, “a gestão previsível dos perfis humanos”, os quais se podem considerar como pertinentes à realidade do Brasil.

² Pesquisando a palavra “higienização social” em sites de busca do Brasil, aparecem inúmeras reportagens sobre o atual prefeito de São Paulo João Dória (PSDB), pois desde o início de seu mandato, o prefeito anunciou o projeto “cidade linda” que tem como objetivo retirar o lixo dos pontos centrais da cidade, mas também pessoas em situações de rua e os ambulantes.

Para Castel (1997), a situação de marginalidade reflete um duplo processo de desligamento social: na inserção relacional e na relação com o trabalho. Desta forma, o autor procura sintetizar esse processo conceituando três zonas de pertencimento, descrevendo-as da seguinte forma:

Esquematisando bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a **zona de integração** (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a **zona de vulnerabilidade** (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de **zona de desfiliação** para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional (CASTEL, 1997, p. 23).

Optando por este raciocínio, a pessoa que está na rua é considerada “desfiliação”, pois além de ser excluída das relações sociais, não obtém trabalho. De acordo com essa análise, o autor afirma que mesmo discutindo sobre a “pobreza” em outras esferas (integrada e vulnerável), a grande questão diz respeito a essas pessoas “suscitarem problemas”, daí a fundamental preocupação com quem está nas ruas, pois:

O personagem tipo da zona de grande marginalidade, ou de desfiliação, é o vagabundo. Ele não trabalha, apesar de poder trabalhar, no sentido de estar apto ao trabalho. Ao mesmo tempo, ele está cortado de todo apoio relacional. É o errante, o estrangeiro que não pode ser reconhecido por ninguém e se encontra rejeitado, de fato, por toda parte. Conseqüentemente sobre ele recaem medidas repressivas cruéis, do rechaçamento à exposição à morte, em casos extremos (CASTEL, 1997, p. 24).

Entretanto, o autor aponta que não são apenas as pessoas que estão vivendo na rua que não trabalham, há os inválidos (por diversos motivos), mulheres que criam seus vários filhos sozinhas, idosos e pessoas doentes que não conseguem trabalhar, daí o “tratamento” ou a medida a ser tomada pelo Estado sob os corpos dessas pessoas, o que gera uma quarta zona de classificação, a **zona da assistência**. Essa última realiza uma proteção aproximada aos necessitados, fundada no princípio da “casa de caridade”.

Em outra obra, Castel (2011), ao falar criticamente sobre os cidadãos ou autóctones da França, conceitua dois tipos de possibilidades de ações ofertadas pelos serviços sociais, reiterando os conceitos de discriminação negativa e discriminação positiva, denominado inicialmente pelo filósofo político norte-americano John Rawls³. A primeira, discriminação negativa, fala do sujeito que estaria recebendo um benefício estatal ou ações de proteção social, mas ainda assim em uma condição de “assujeitado”, humilhado, excluído e até

³ A obra de John Rawls propõe intenções claras e sistemáticas do que se trata o tema justiça. Avalia esse conceito através da equidade, tendo o olhar socioeconômico e, conseqüentemente, apresentando a discussão sobre discriminação positiva e negativa como aborda também Castel.

violentado por algo que demarca sua existência, seja sua cor, sua raça, seu gênero, sua identidade, sua pobreza.

No segundo tipo, as ações de discriminação positiva são as ofertas de serviços às pessoas que estão à margem, porém, abrangem um sentido de buscar desenvolver as suas potencialidades, ou seja, não se deixar discriminar ou inferiorizar por aceitar a oferta de um serviço, o qual ainda que em uma possível lógica de segregação seja positivo, pois os socorre e lhes permite vislumbrar minimamente possibilidades de crescimento.

Bauman (2005), em sua obra “Vidas Desperdiçadas”, ao convidar seus leitores a pensar sobre os efeitos da modernidade, a qual em outra obra ele conceitua como modernidade líquida⁴, faz uma reflexão sobre as consequências que o planeta e, mais especificamente, as cidades têm absorvido em relação ao acúmulo de lixo verificado como dejetos da sociedade de consumo. Conforme o autor, à medida que a cidade se renova, as pessoas também renovam as suas formas de existir. A metáfora aqui aplicada é a de que o planeta está, na visão de muitos, “cheio”, ou mesmo “quase inapropriado para se viver”, afirmação bastante questionável. Portanto, seria necessário esvaziar o mundo e as grandes cidades, excluindo os dejetos e o lixo acumulado em toda parte, assim como eliminar socialmente quem não produz, quem incomoda e ainda criar soluções para os problemas relacionados às superpopulações urbanas.

Para explicar o processo de exclusão e desigualdade social, Bauman apresenta a ideia da produção de “**refugo humano**”, isto é, de seres humanos rejeitados, que são considerados “excessivos” e “redundantes”. Essas pessoas são as que não conseguiram obter reconhecimento para continuar a fazer parte da sociedade de consumo, e esta é uma consequência inevitável da modernização, um acompanhante inseparável da modernidade. Trata-se, portanto, de um efeito colateral da “construção da ordem” e do “progresso econômico”. Assim, para a sociedade moderna, “a nova plenitude do planeta significa, essencialmente, uma crise aguda da indústria de remoção do refugo humano” (BAUMAN, 2005, p. 13).

4 De modo geral, o conceito de “modernidade líquida” proposto por Bauman (2001) pode ser compreendido como o universo de relações e instituições existentes, bem como da sua lógica e modo de operar, os quais se impõem e dão sustentação para as estruturas sociais contemporâneas. Trata-se de uma época de liquidez, com fluidez volátil, marcada por inseguranças e incertezas. Nesse contexto, a totalidade dos referenciais morais e a fixidez da época anterior, chamada por Bauman de modernidade sólida, são suprimidos da realidade concreta para ceder espaço à dinâmica imediatista baseada no aqui-agora e na artificialidade, com foco nas conexões sem sentido ofertadas pelo gozo e consumo desenfreados.

Outro aspecto teórico desenvolvido pelo autor a respeito do ser humano atual é a noção de **“redundância”**:

Enquanto prefixo “dês” em “desemprego” costumava indicar um afastamento da norma – tal como em “desigualdade” ou “despropósito” -, não havia essa indicação na noção de “redundância”. Nenhuma insinuação de anormalidade ou anomalia, nenhum indício de doença ou lapso momentâneo. “Redundância” sugere permanência e aponta para regularidade da condição. Nomeia uma condição sem oferecer um antônimo prontamente disponível. Sugere uma nova forma de normalidade geral, e o formato das coisas que são imanes e que tendem permanecer como são. Ser “Redundante” significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso – quaisquer que sejam seus usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade. (BAUMAN, 2005, p.20).

O autor segue afirmando que a “Redundância” pode ser considerada como a partilha do espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” – com a noção de refugio, de coisa descartável. Neste caso, o destino dos desempregados, do chamado exército de reserva da mão de obra da sociedade produtiva, era serem chamados de volta ao serviço ativo. Como esse fato acabou não ocorrendo, tanto pela insuficiência de empregos a todos, como pelo excesso de produção, o destino do refugio passou a ser o depósito de dejetos, o monte de lixo, enquanto o excesso de mão de obra humana passou a ir para as instituições, hospitais, asilos, prisões, e as ruas (BAUMAN, 2005).

Conforme já referido anteriormente, para Castel (1997), um dos principais aspectos que está na base da problemática dos desfilados é o fator socioeconômico, isto é, a pobreza. A reflexão que se impõe é que em um discurso sem crítica, há uma tendência a individualizar o processo de marginalização, atribuindo às pessoas em situação de rua uma espécie de fracasso pessoal. Além disso, quando as demais classes sociais se imaginam “dando sustento” a pessoas que podem ser consideradas aptas ao trabalho, isso pode recair em uma série de discursos cada vez mais marginalizantes e segregadores.

Bauman (2005), em sua análise, destaca que as pessoas declaradas “redundantes” são consideradas, sobretudo, um problema financeiro. Precisam ser “providas”, e isso significa ofertar vestuário, doar alimentos, abrigá-las. Por sua condição, não sobrevivem com um mínimo de dignidade, se deixadas sozinhas. É válido afirmar, segundo o autor, que a resposta à redundância é financeira, tanto quanto a definição do problema, se pensadas em termos das chamadas “esmolas” fornecidas pelo Estado com os meios sociais disponíveis, como benefícios da previdência, os incentivos fiscais e isenções, as diversas concessões financeiras e sociais, as pensões etc.

Os que não simpatizam com essa resposta tendem a contestá-la em termos igualmente financeiros (sob a rubrica “podemos arcar com isso?” – dada a “carga financeira” que tais medidas impõem aos contribuintes” (BAUMAN, 2005, p. 20-21).

Bauman afirma, por fim, que os desempregados da sociedade contemporânea, e também aqueles ainda não totalmente descartados, mas temporariamente “afastados da linha de produção”, assim como os consumidores da sociedade de consumo, só podem ter uma certeza, a de estar excluídos do controle em relação ao único jogo disponível, precisamente por não serem mais jogadores, provavelmente não são mais necessários, em um contexto em que nem mesmo a sobrevivência humana está assegurada.

Mesmo que a ameaça à sobrevivência biológica fosse identificada e enfrentada de modo efetivo, esse fato não chegaria nem perto de assegurar a sobrevivência social. Não será suficiente para a readmissão dos “redundantes” à sociedade de que foram excluídos (BAUMAN, 2005, p. 21).

Tendo como base esse último apanhado de Bauman, pontuando que a grande questão está na sociedade que se tem e da forma com esta lida com as pessoas excluídas, é importante refletir o que este e os outros dois autores contribuem no pensar da vida dessas pessoas. Suas semelhanças e interseções.

A primeira semelhança é justamente apontar uma crítica às questões sociais, pensar e analisar as sociedades em que estão inseridos e, mesmo se tratando de uma realidade europeia, perceber que o fenômeno da exclusão é mundial.

Por conseguinte, todos criam e recriam definições para melhor conceituar e/ou descrever as pessoas excluídas ou categorias que elas se encontram.

Inevitavelmente, todos chegam a um ponto comum. A exclusão tem em sua raiz aspectos socioeconômicos, isto é, a pobreza é a base. O lugar que se ocupa na sociedade também perpassa em analisar se aquela pessoa é comum, se está dentro do esperado, além da forma como ela se relaciona com os outros. O excluído não é comum, não está dentro do esperado e seu aspecto relacional é altamente fragilizado.

E, por fim, observa-se que os autores buscam discutir as políticas compensatórias que necessitam existir para dar conta a essas demandas.

O contraponto, talvez, seja no destaque dado à categoria dos excluídos. De acordo com a realidade que se pensa, é possível falar mais do louco, em outras realidades dos estrangeiros etc., mas não se identifica necessariamente outra interseção maior.

Deste modo, considera-se que Castel dialoga de maneira consubstancial com esta pesquisa, seja pela riqueza de detalhes de seus conceitos, seja por esses conceitos se alinharem de maneira efetiva ao objeto de estudo deste trabalho.

Para destacar essa discussão sobre o cenário brasileiro, é importante pontuar o conceito de “cidadania regulada” proposta pelo cientista político brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos, no livro “Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira” (1987). O autor faz um recorte da história do Brasil e mostra que os princípios baseados no “laissez-faire” que regularam os aspectos econômicos e sociais do país durante a Primeira República (1889-1930) são o ponto de partida para o crescimento da vida urbana, pois os trabalhadores do meio rural já sofriam as consequências da desvalorização de seu trabalho no campo e estavam pela busca de melhores condições. O autor destaca ainda que, em 1907, com a lei de sindicalização e a chegada dos imigrantes europeus, começam a despontar as associações e organização da vida sociopolítica do Brasil, tendo como consequência o aumento de greves e, evidentemente, das repressões.

Com o crescimento dos sindicatos, na década de 1920, surge, o que o autor chama de queda do liberalismo econômico brasileiro e, na década de 1930, o país é obrigado a passar do estado de acúmulo para o da equidade. É a partir desse momento histórico que se pode considerar o surgimento da “cidadania regulada”. Assim o autor afirma:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em códigos de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal (SANTOS, 1987, p. 68).

Santos (1987) considera ainda que o traço da cidadania regulada brasileira é delimitado pela ocupação do indivíduo, isto é, a regulamentação das profissões. O cidadão é reconhecido pela sua ocupação e aquele que não a tem, é considerado um pré-cidadão:

A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal, assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei. (SANTOS, 1987, p. 68).

Tendo este raciocínio, é possível afirmar então, que a pessoa em situação de rua ou o desfilhado, como considera Castel, não adentra a categoria “cidadão”, os aspectos ocupacionais e relacionais se fazem ausentes de sua história. Daí um ponto de encontro entre Castel e Santos. A pessoa considerada um marginal não consegue adentrar (quase) nenhum tipo de acesso as estruturas sociais e o trabalho – a produção – é a marca desse processo.

Por isso, a carteira profissional de trabalho é, como destaca Santos (1987), considerada a certidão cívica do brasileiro e, como já foi pontuado acima, as problemáticas dos autóctones da França com diversas outras dificuldades de acesso por sua “identidade” de cidadão. Para tanto, é importante destacar:

A regulamentação das profissões a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovante ao contrato entre o estado e a cidadania regulada é a carteira de trabalho profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico. (SANTOS, 1987, p. 76).

Assim, o autor afirma que os direitos dos cidadãos restringem-se aos direitos do lugar que ocupa na cadeia produtiva, tal como reconhecido por lei.

Acredita-se que os autores despontam para uma discussão salutar com a temática desta pesquisa, tendo em vista suas percepções no que concerne a essas pessoas, que ao longo de sua história de vida, não conseguiram acessar a garantia da igualdade formal, como pontua Antônio Gramsci (1989): “a outra é a superação da desigualdade real”. Afinal, após três séculos de escravidão, acaba sendo óbvia a afirmação de que o estado de bem estar social se deu de forma tardia no Brasil e, atualmente, é possível acompanhar vários retrocessos nos direitos sociais e fim de programas muito recentes após a retirada pelo Congresso em 2016 de Dilma Rousseff da presidência.

3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

3.1 AS PRÁTICAS DISCURSIVAS NA ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE DOMÍNIO PÚBLICO

O interesse deste trabalho é analisar documentos de domínio público sob a ótica das práticas discursivas.

As práticas discursivas dentro da Psicologia Social derivam da tradição epistemológica construcionista de pesquisa e estudos sobre as práticas sociais, adotada tanto na Psicologia Social quanto em outras disciplinas das ciências humanas, tais como a Filosofia, Ciências Sociais e, como será visto mais a frente, a Linguística. De tal modo, Gergen e Gergen (2010), ao falar do construcionismo, levantam a ideia de que uma construção social pode parecer bem simples, mas, é ao mesmo tempo profunda. Pois tudo aquilo que se considera real parece ser resultado de uma construção social, e por tal motivo, “os construcionistas sociais não dizem ‘não existe nada’, ou ‘não há realidade’, sempre falam a partir de uma tradição cultural”. (GERGEN; GERGEN, 2010, p. 20-21).

Assim, é importante pensar que “os eventos narrados podem ser idênticos, mas a descrição dos ‘fatos’ depende da tradição segundo a qual cada um estiver escrevendo. [...] não existem descrições isentas de valores” (GERGEN; GERGEN, 2010, p. 28).

As práticas discursivas enquanto produções sociais constituem um caminho privilegiado para compreender a produção de sentidos que atravessam o cotidiano da vida, nas narrativas, argumentações e conversas, constituindo os repertórios linguísticos utilizados pelas pessoas nas suas produções discursivas. O uso da linguagem é o que sustenta as práticas discursivas geradoras dos sentidos sociais cotidianos (SPINK, 2004).

O sentido é produzido pela linguagem em uso, uma construção social e ao mesmo tempo um empreendimento interativo e discursivo, no qual as pessoas constroem os termos que lhes fazem nomear, entender e lidar com fenômenos e situações a sua volta, na dinâmica de relações demarcadas historicamente e delimitadas culturalmente (SPINK, 2004).

Desta forma, tendo como base essa vertente do construcionismo, alguns conceitos relacionados à produção discursiva dos sentidos pontuados por Spink (2004) necessitam de destaque, como:

Linguagem em uso - refere-se à linguagem concebida como prática social, na qual se compõe no plano social e interativo das produções e condições sócio-históricas.

Sentido- compreende a construção social que se atrela ao contexto dinâmico e interacional das relações sociais estabelecidas no contexto histórico-cultural, quando os indivíduos se inter-relacionam no mundo propício de mudanças no que concerne a pensamentos próprios, ações e posicionamentos em sua volta.

Discurso - é direcionado para uma reprodução social, cuja linguagem pondera as regularidades e não exclui a interlocução com a diversidade, a chamada polissemia, bem como as não-regularidades presentificadas no cotidiano dos atores sociais. O discurso integra as regularidades linguísticas que são estruturadas em contextos e tempos diferentes. Sua institucionalização ampara aspectos macros, singulares, relações de saber e poder, tendências e permanências de um determinado grupo social que tanto se entrelaçam, quanto se ajustam no grupo social.

Práticas Discursivas – dizem respeito à constituição da linguagem em ação, cujos atores sociais adotam posições e dão sentido as suas experiências e vivências no cotidiano.

Realizada as explanações das principais definições que embasam a metodologia das práticas discursivas, é necessário associá-las à análise linguística (porque falam dos discursos como construções sociais, e isso envolve a língua e as demais formas de linguagens da cultura humana), e também com os documentos de domínio público. Antes, porém, será preciso realizar uma rápida reflexão da semântica por trás do termo “pessoa em situação de rua”, a qual nos leva para o campo de discussão sobre a noção de pessoa, no debate sobre a pessoalidade ofertado por Spink, Figueiredo e Brasilino (2011).

Spink, Figueiredo e Brasilino (2011), em seu texto intitulado “Pessoa, indivíduo e sujeito”, faz uma reflexão sobre alguns sentidos dos termos “indivíduo”, “pessoa” e “eu” para o campo da pesquisa, pois há distintos posicionamentos e utilizações desses conceitos por diversos autores. Contudo, se parece não haver problemas semânticos para falar da experiência de ser quem somos (ex.: somos alguém para outros significativos; somos alguém para instâncias que disciplinam a vida social; somos alguém para nós mesmos), aparecem, no entanto, certas dificuldades na definição de “ser que somos” quando se vai falar da vida em sociedade e buscar situar o “eu”, a “identidade”, a “consciência de si” e a “singularidade” em meio à vida social.

De um lado, a autora afirma que na pesquisa acadêmica a palavra “indivíduo” pode acarretar aspectos “ideológicos” comumente utilizados com vários significados, tais como:

individualmente (referindo-se a cada um de um grupo) e individualismo (referindo-se a modos de vida pouco solidários). Por outro lado, quando se fala em indivíduos, é possível se cair em riscos metodológicos, tais como esquecer os processos interativos e dialógicos da produção de sentidos no cotidiano, acatar inadvertidamente teorizações individualistas sobre esse possível ser que somos; ficando aprisionados na clássica dicotomia entre indivíduo e sociedade.

Não obstante, é comum se utilizar o termo “sujeito” para definir os participantes das pesquisas. Quanto a este tema, a autora questiona se um dos efeitos práticos dessa denominação não seria colocá-los em uma posição de dominados, assujeitados, abrindo terreno para posturas mais autoritárias nos modos de fazer pesquisa. E ainda, se as práticas de pesquisa têm como objetivo adotar o termo “sujeito”, por exemplo, no sentido foucaultiano de considerar processos de subjetivação, é preciso escapar das ciladas metodológicas e não se deixar envolver por práticas burocráticas, tais como o uso irrefletido dos termos de consentimento, quando se pensa estar zelando pelas diretrizes da bioética e pelo bem estar dessas pessoas.

Em relação ao termo “pessoa”, Spink, Figueiredo e Brasilino (2011) consideram a possibilidade de uso deste termo na Psicologia Social, pontuando a noção posta pela Antropologia Social para o debate. Segundo a autora, é possível dizer que o termo pessoa já possuía um estatuto moral e social desde os gregos e romanos, porém sofreu grande influência das ideias cristãs nas sociedades ocidentais, pois se buscou explicar a individualidade, por exemplo, a partir das concepções e categorias do próprio espírito humano, como se este fosse um entidade metafísica, através dos aspectos históricos e das práticas sociais originadas da religião.

Nessa perspectiva, atribuiu-se a uma ontologia cristã o estatuto de existência universal, destacando tal compreensão do seu enraizamento teológico original para constituir e generalizar uma ideia de alma e espírito a outras categorias sociais, jurídicas, morais e lógicas, as quais durante bastante tempo marcaram as noções universais de indivíduo e pessoa.

Posteriormente, mais ou menos a partir dos séculos XVII e XVIII, essa percepção de um ser universal idêntico veio sofrer outra transformação, adquirindo o estatuto do ser psicológico, da consciência de si, da noção de EU, da liberdade e singularidade do pensamento, as quais também serão contrapostas ao mundo social, desta vez como se as diferenças fossem as características universais do humano, em uma trajetória de relações

irregulares e complexas de vários séculos, entre a Religião, a Ciência, a Filosofia, as Ciências Sociais e, por fim, a Psicologia.

Entretanto, também se pode pensar a noção de “pessoa” e de “eu” partindo da diferença fundamental entre o ser humano social, com suas singularidades e histórias pessoais distintas, especiais, particulares e únicas; e o ser biológico, considerado enquanto espécie, animal. Em virtude disso, Spink, Figueiredo e Brasilino (2011, p. 6) considera um segundo tipo de oscilação, ou seja, um posicionamento que contraria “a pessoa como ser social ao indivíduo como ser biológico [...] Trata-se, ainda, da contraposição entre universais e particulares, situando o foco da variação em um referente fixo, infraestrutural, biopsicológico. Foi essa a orientação adotada na tradição antropológica britânica”.

A autora chama atenção para o cuidado teórico-metodológico a ser adotado em relação à concepção desse homem duplo (ser biológico + ser social), pois segundo ela, “não há flexibilidade para compreender o modo pelo qual o grupo estudado concebe tanto a realidade individual como a posição de pessoa no grupo”. Assim, “acaba conceituando os grupos à imagem e semelhança dos indivíduos, projetando, assim, as concepções ocidentais de indivíduo aos demais grupos”. (SPINK; FIGUEIREDO; BRASILINO, 2011, p.6).

De acordo com a autora:

Ao sugerir essa forma de olhar para a singularidade de nossos “eus, nosso propósito é duplo: de um lado, buscamos pontuar que há continuidades que escapam das intempéries de nossos relacionamentos sociais (de modo a não transformar nosso senso de singularidade em mera interpeçoalidade); de outro, procuramos apontar para a complexidade dessa experiência de singularidade, situando-a não apenas na esfera da interpeçoalidade, mas também na complexa matriz de materialidades e práticas sociais que, historicamente, tornaram esses processos de individualização necessários. (SPINK; FIGUEIREDO; BRASILINO, 2011, p.19).

Spink, Figueiredo e Brasilino (2011, p. 20) problematiza questionando: “caberia então usar o termo pessoa?” e segue afirmando:

Foi esta a proposta feita quando discutimos as bases da abordagem sobre as práticas discursivas do cotidiano. Afirmávamos, então, que a noção de pessoa era intrinsecamente relacional. “A pessoa, no jogo das relações sociais, está inserida num constante processo de negociação, desenvolvendo trocas simbólicas num espaço de intersubjetividade, ou mais precisamente, de interpeçoalidade” (Spink & Medrado, 1999, p.55). Porém, acrescentaríamos agora que, para além desses jogos relacionais, a noção de pessoa – pelo menos na proposta de Harré – nos indica a necessidade de entender como as diversas tecnologias de governo, sobretudo no que diz respeito aos documentos que cristalizam identidades (RG, passaportes, certificados de nascimento, de batismo, de conclusão de cursos, entre muitos outros), integram a complexa matriz de práticas sociais que, historicamente, tornaram necessário teorizar sobre esse ser que somos.

Pautada nessa perspectiva teórica, Figueiredo (2011) complementa essa discussão afirmando que:

Tais reflexões ajudarão a compreender como a crença de que as pessoas sejam entidades singulares implica em sociabilidades e práticas de governos do eu. De outra forma, adotar uma noção de pessoa que é construída de múltiplas formas em uma sociedade – a partir do momento que diferentes ontologias constroem diferentes pessoas – faz-se, a meu ver, crucial para compreender certas práticas sociais (FIGUEIREDO, 2011, p.23).

Desta forma, tendo como base teórica as práticas discursivas e, amparada as discussões sobre a importância do sentido dos discursos que problematizam uma pesquisa, é possível afirmar que trabalhar com o termo “pessoa” atrelado a categoria “pessoa em situação de rua” é fazer uma tentativa de leitura atenta aos documentos de domínio público e conseguir compreender que o termo contido nesses documentos (pessoa) deve dar uma dimensão de que existem múltiplas origens sociais e histórias de vida complexas, e a personalidade deve ser considerada a partir das práticas sociais em que está inserido o ser humano, levando em consideração também sua historicidade.

Ao falar sobre práticas discursivas, é necessário também buscar um entendimento anterior, o estudo sobre a linguagem.

O autor que com seus estudos antecipou as orientações da linguística moderna criticando como objeto da linguística apenas a língua, é Mikhail Bakhtin⁵. (BRANDÃO, 2012).

Ao desenvolver essa proposta de estudos da linguagem, Bakhtin e seu círculo estavam preocupados com a questão da linguagem como constituidora do mundo e do próprio homem, em relação com outro homem. Para compreender essa difícil relação do homem com o mundo, era preciso entender a relação da linguagem com a vida. (COVRE; MIOTELLO, 2008, p.4).

Bakhtin se empenha na construção de uma perspectiva que trabalhe com a filosofia da linguagem como sendo uma filosofia do signo. Este, na sua composição, requer uma dupla materialidade e um olhar: “É objeto físico e é também objeto social, portador de memórias de todas as relações dadas nele. É material e também inter-individual” (COVRE; MIOTELLO, 2008, p.2).

Em Bakhtin, a palavra é o signo ideológico por excelência, pois aparece como produto da interação social, se caracterizando pela plurivalência (BRANDÃO, 2012, p. 9).

5 Mikhail Bakhtin (1895-1975) foi um filósofo e pensador russo, seu principal estudo foi sobre a linguagem humana que inspiram trabalhos até a atualidade.

Neste sentido, é muito importante compreender que, além do signo e sua definição, existem outras definições para o estudo da linguística apresentadas por Bakhtin e que são fundamentais para o trabalho das práticas discursivas no que tange à análise oral e escrita da linguagem expressa. Desta forma, levantar a discussão sobre gênero do discurso é de grande valia, pois, segundo Bakhtin (1997, p. 279), é tamanha a variedade e complexidade dos gêneros do discurso, já que a multiplicidade virtual da atividade humana é inesgotável e cada campo dessa atividade revela um repertório de gêneros do discurso “que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa”.

Bakhtin (1997) deu especial destaque para o gênero do discurso escrito para além da linguagem oral, a qual também é muito importante, mas segundo o autor já vinha sendo estudada por vários linguistas.

Cumprir salientar de um modo especial a *heterogeneidade* dos gêneros do discurso (orais e escritos), que incluem indiferentemente: a curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas), o relato familiar, a carta (com suas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma de ordem circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria, padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as políticas) (BAKHTIN, 1997, p. 280).

Outra diferenciação proposta pelo autor é a existência do gênero de discurso *primário* (simples), que seriam os enunciados da vida cotidiana, e o gênero de discurso *secundário* (complexo), os quais surgem em situações de uma comunicação cultural, mais complexa, considerada mais evoluída, “principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmitem os gêneros primários (simples)” de todas as qualidades, que se compuseram em situações de uma comunicação verbal espontânea (BAKHTIN, 1997, p. 281). Os gêneros secundários do discurso são encontrados nos romances, no teatro, no discurso científico, no discurso ideológico, entre outros.

Portanto, é fundamental fazer a distinção entre gênero primário e secundário, e ao mesmo tempo levar em conta o papel de ambos na análise e na pesquisa da língua, pois, de acordo com Bakhtin (1997, p. 282): a “distinção entre gêneros primários e gêneros secundários tem grande importância teórica, sendo esta a razão pela qual a natureza do enunciado deve ser elucidada e definida por uma análise de ambos os gêneros”.

Segundo o autor, tomar como ponto de partida apenas os gêneros primários é possível irremediavelmente a trivializá-los, destacando que:

A inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, o processo histórico de formação dos gêneros secundários do outro, eis o que esclarece a natureza do enunciado (e, acima de tudo, o difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visões do mundo) (BAKHTIN, 1997, p. 282).

Para Bakhtin, o estudo da natureza do enunciado e dos gêneros do discurso nas diferentes esferas da atividade humana tem importância fundamental para todas as áreas da pesquisa científica da língua, seja das formas orais, seja em documentos escritos. Essa relação entre os enunciados de uma língua viva e a variedade dos gêneros de discurso existentes é o que vai demarcar o caráter de historicidade dos estudos da linguagem e a sua relação com a realidade social e com a vida humana.

Isto porque um trabalho de pesquisa acerca de um material linguístico concreto - a história da língua, a gramática normativa, a elaboração de um tipo de dicionário, a estilística da língua etc. - lida inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais), que se relacionam com as diferentes esferas da atividade e da comunicação: crônicas, contratos, textos legislativos, documentos oficiais e outros, escritos literários, científicos e ideológicos, cartas oficiais ou pessoais, réplicas do diálogo cotidiano em toda a sua diversidade formal, etc. É deles que os pesquisadores extraem os fatos linguísticos de que necessitam. Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários), ou seja, dos diversos gêneros do discurso, é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a sua orientação específica. Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. (BAKHTIN, 1997, p.282).

Por conseguinte, a conexão é justamente compreender que a língua e a linguagem são parte de uma história, é errôneo pensar essas categorias de maneira isolada.

Assim, após a discussão e compreensão sobre as categorias de análise desta pesquisa (práticas discursivas, discurso, gêneros do discurso, linguagem, sentidos e documentos), é necessário entender como as práticas discursivas vêm organizando seu trabalho com documento de domínio público.

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a riqueza encontrada em documentos submetidos à pesquisa pode justificar o seu uso em várias áreas das ciências humanas e sociais, pois possibilita a ampliação do entendimento de objetos que necessitam de contextualização histórica e cultural, daí sua apreciação e valorização.

Os historiadores são, talvez, como sugere Spink (2004), os principais pesquisadores das ciências humanas e sociais interessados pelos estudos com documentos, com metodologias bem específicas. Porém, o autor pontua que a Psicologia Social tem muito a aprender com esses profissionais: arquivistas e historiadores, os quais podem ser considerados

guardadores do tempo, sobre as formas de manuseio e interpretação dos dados, além da variedade de maneiras de acessar o sentido que está sendo produzido, como também a discussão sobre como olhar e analisar os registros documentais. Dessa forma, o psicólogo social irá obter nesse manuseio e interpretação dos dados por documentos, resultados próprios de seu saber científico.

Nessa perspectiva, Spink (2004), no artigo intitulado “Análise de documentos de domínio público”, inaugura reflexões e conceitos sobre a forma e a relevância deste tipo de pesquisa e, assim, enfatiza que os recortes de jornal, as fotografias de cena de rua, o diário oficial de um governo e outros documentos, são tão representativos no sentido de estar presentes na pesquisa, quanto a entrevista ou a discussão de grupo. Ainda de acordo com o autor:

Os documentos de domínio público refletem duas práticas discursivas: gêneros de circulação, como artefatos do sentido de tornar público, e como conteúdo, em relação aquilo que está impresso em suas páginas. São produtos em tempo e componentes significativos do cotidiano; complementam, completam e competem com a narrativa e a memória. Os documentos de domínio público, como registros, são documentos tornados públicos, sua intersubjetividade é produto da interação com um outro desconhecido, porém significativo e frequentemente coletivo. São documentos que estão à disposição, simultaneamente traços de ação social e a própria ação social. São públicos porque não são privados. Sua presença reflete o adensamento e resignificação do tornar-se público e do manter-se privado; processo que tem como seu foco recente a própria construção social do espaço público (SPINK, 2004, p. 126).

Para melhor explicar, Spink et al. (2014) afirmam que a expressão “documento” refere-se ao sentido elástico de registro, de algo que tem uma presença física; que fala sobre algo e é também algo.

Para Spink (2004), os documentos de domínio público são produtos sociais publicizados e podem refletir transformações lentas no que concerne à posição e à postura institucional nos aparelhos simbólicos do dia a dia, ou mesmo no âmbito das redes sociais, pelos coletivos que dão forma às reflexões informais no ir e vir das versões que por aí circulam, sejam autorais ou compartilhadas.

A escolha do material documental pode ser feita a partir de uma análise inicial de campo, podendo ser selecionados arquivos diversos, como diários oficiais, registros, livros, entre outros. Todos têm algo a contar, o maior problema na verdade é aprender a ouvir aquilo relatado no documento. Assim, enquanto práticas discursivas os documentos de domínio público podem assumir diferentes formas, e cabe ao pesquisador aprender a ser um catador

permanente de materiais que podem vir a ser pertinentes, quando estão no campo de pesquisa em busca de fontes de produção de sentidos (SPINK, 2004).

Os documentos, às vezes, são também partes e produtos de conversas longas e instigantes, e não se tratam de eventos isolados, mas de ideias que refletem o próprio domínio dos discursos e práticas da esfera pública humana.

Os documentos de domínio público são – em si mesmos – produtos sociopolíticos de uma ideia radical: a própria noção do público enquanto esfera de ação e discussão, um lugar onde é possível ter e expressar opiniões. Assim, qualquer documento que é público – a nossa placa com a lista de linhas e destinos – reflete pelo menos três práticas discursivas: a peça de publicação; as razões de tornar público, incluindo os endereçamentos; e o relato que é tornado público – seu conteúdo. Esses três aspectos são parte integral de qualquer reflexão analítica. (SPINK et al., 2014, p. 213.)

De acordo com o autor, são as palavras que, às vezes, levam os pesquisadores a acessar os documentos de domínio público, buscando a compreensão das transformações sutilmente ocorrida nos termos e expressões neste ou naquele terreno de sentidos. Logo, existem pesquisas nas quais os documentos são parte de uma escolha metodológica ampla, e há trabalhos em que as fontes documentais são o foco central (SPINK, 2004).

Essa busca por compreender o campo social e seus sentidos ampliados talvez seja um dos maiores desafios para a pesquisa no campo dos documentos de domínio público dentro da psicologia social, exigindo conexões e diálogos com as ciências sociais e com as ciências humanas em geral, para alcançar todas as possibilidades e linguagens analíticas do cotidiano, dos contextos sócio-históricos, coletivos e pessoais, buscando a sua compreensão através de um método (SPINK, 2004) e poder assim pensar, por exemplo, nos sentidos sociais dados à palavra “pessoas em situação de rua”.

Mas como psicólogos/as sociais entendemos que as leis permeiam nossas práticas, elas compõem e são compostas em nosso cotidiano, em nosso contexto sócio-histórico. Seus textos são de interesse coletivo e pessoal. Interessam aos/as pesquisadores/as, aos profissionais de várias áreas e, de modo geral, às pessoas. Assim, temos de buscar modos de compreendê-las. (SPINK et al., 2014, p. 221).

A contextualização teórica, sobre os documentos de domínio público na abordagem das práticas discursivas, permite que seja feita uma descrição acerca dos vários documentos pesquisados e a escolha daqueles que serão analisados neste estudo. O documento tem seu lugar na produção das relações em sociedade, não obstante, seus efeitos possam ser lentos na transformação social, como já mencionado por Spink (2004).

3.2 QUANTO À ESCOLHA DOS DOCUMENTOS

Primeiramente, esta pesquisa tinha apenas por objetivo analisar documentos destinados às pessoas em situação de rua que dialogassem coma saúde, mais precisamente os documentos produzidos pelo Ministério da Saúde. Isso ocorreu devido ao interesse da pesquisadora nos debates ligados à saúde coletiva, fazendo parte, inclusive, como já dito na introdução, do grupo de estudos e pesquisas “Saúde na Amazônia, o qual pesquisa assuntos relacionados a essa temática.

Entretanto, viu-se a necessidade de partir inicialmente do documento da política nacional e, posteriormente, escolher um documento do Ministério da Saúde. Desta forma, poderíamos identificar e relacionar documentos relativos acerca da emergência de uma política voltada para os grupos excluídos de processos sociais.

Quanto aos aspectos éticos, sabe-se que a partir do momento que os documentos foram publicizados, eles são passíveis de análise de qualquer leitor. Em caso de documentos de domínio público, além da análise sem a necessidade de entrada em Comitê de Ética em Pesquisa, é importante destacar que muitos são manuseados pelas equipes técnicas dos serviços, quando se trata de execução das políticas públicas. Vale ressaltar ainda, que a Resolução 466/2012 preconiza a ética em pesquisa com seres humanos, não contemplando assim a pesquisa realizada com documentos públicos.

Abaixo, pode ser visualizado um quadro contendo alguns documentos de domínio público sobre pessoas em situação de rua, encontrados em pesquisa bibliográfica realizada pela autora do trabalho. Estão marcados em negrito os 02 documentos selecionados para análise a ser aqui empreendida. Em seguida, será feita a apresentação da análise acerca de um dos documentos selecionados.

Quadro 1 - Documentos Nacionais destinados às Pessoas Adultas em Situação de Rua⁶

Documento	Organização	Ano	Objetivo
1- Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome	2005	Através do MDS promoveu-se este encontro. Teve por objetivo colher propostas e estabelecer desafio e estratégias coletivas visando à construção de políticas; contou com a participação de pessoas

⁶Quadro organizado pela própria autora. Em destaque (negrito), os documentos que serão analisados.

			de entidades de população em situação de rua.
2- Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua	Universidade Federal de São Carlos	2008	Pretende constituir-se como um dos espaços plurais do debate do tema, visando à promoção de um olhar voltado para o fortalecimento da cidadania da população em situação de rua. Nos relatos de experiência autores como Castel e Goffman são citados no diálogo.
3- Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua	Trabalho Interministerial	2008	Estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo dos movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo.
4- Rua: aprendendo a contar. Pesquisa nacional sobre população em situação de rua	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome	2009	Promover a contagem da população com trajetória de rua, registrado nesta publicação. Com objetivo de dar voz aos que vivem na rua, criar espaço para que sejam vistos e ouvidos de modo que faça diferença.
5- Conhecer para lutar	Movimento Nacional da População de Rua	2010	Fortalecer nossa luta em todo país, com o papel de despertar a consciência política das pessoas que vivem em situação de rua. A cartilha reúne conteúdos sobre os motivos que levam as pessoas às ruas e as violações pelas quais passam, noções sobre direitos e a importância das políticas públicas para efetivá-los. Traz ainda a história, as propostas, conquistas e estratégias de mobilização.

6- DECRETO Nº 7.053: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua	Presidência da República	2009	Institui essa Política Nacional para esta população e a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da referida política nacional
7- Manual sobre o Cuidado à Saúde Junto a População em Situação de Rua	Ministério da Saúde	2012	Pretende ampliar o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde dessa população. Sendo a atenção básica um espaço prioritário para o fortalecimento de cuidado e a criação de vínculo na rede de atenção à saúde, possibilitando sua inserção efetiva no SUS, tendo como porta de entrada prioritária na Atenção Básica as equipes de consultório na rua.
8- Plano operativo para implementação de ações em saúde da População em situação de rua - 2012-2015	Ministério da Saúde	2012	Tem por finalidade apresentar ações e estratégias que orientarão a intervenção do SUS e seus órgãos no processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na população em situação de rua.
9- Diálogos sobre a População em Situação de Rua no Brasil e na Europa: Distrito Federal, Paris e Londres	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República	2013	É fruto de uma parceria entre Brasil e União Europeia para promoção de diálogos setoriais sobre direitos humanos. Contemplou na contratação de dois peritos, visitas a experiências consideradas exitosas e a realização do Seminário Internacional Brasil União Europeia para Promoção e Proteção dos direitos da população em situação de rua em Brasília 2013.
10- Saúde da População em Situação de Rua: um direito humano	Ministério da Saúde	2014	É uma cartilha cujo objetivo é explicitar diretrizes, estratégias e ações destinadas à melhoria das ações de saúde para a população em situação de rua; combater o preconceito em relação a essa população no SUS; e garantir seu acesso aos serviços de saúde, com atendimento integral e humanizado

11- Guia de atuação ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua	Conselho Nacional do Ministério Público	2015	Pretende orientar na atuação da defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, bem como auxiliar membros do Ministério Público nacional na viabilização do conjunto de direitos a essas pessoas, em especial os do âmbito da política pública de assistência social e política nacional – decreto 7.053/2009.
---	---	------	--

4 ANÁLISE

A busca por documentos relacionados à temática “pessoas em situação de rua” se deu por meio de pesquisa bibliográfica e de documentos oficiais como portarias, resoluções, dentre outros, principalmente do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), mas também do Sistema Único de Saúde (SUS), por intermédio do Ministério da Saúde, além de materiais do Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério da Justiça e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Assim, foram elencados e serão analisados os seguintes documentos:

- 1. Política Nacional Para Inclusão Social da População em situação de rua (2008).**
- 2. Saúde da População em situação de rua: um direito humano (2014).**

O tratamento dos dados neste trabalho dar-se-á através da leitura dos documentos, na busca por conceitos dados a pessoas em situação de rua ou palavras que caracterizem essa categoria (por exemplo, inclusão social, estigma, exclusão etc.). Após essa identificação, criou-se um quadro no qual se apresenta a ocorrência de cada palavra utilizada no documento lido (discurso) e o contexto no qual é empregada, sendo verificada a sua conceituação e significado em cada documento (sentido).

Por exemplo:

	Discursos	Sentidos
População em situação rua	Pessoas que fazem da rua seu espaço de moradia e sobrevivência.	Indivíduos à margem da sociedade. Questão multifatorial de análise social e histórica.

O objetivo das análises é destacar documentos de domínio público fomentadores de políticas públicas, nos quais estejam presentes discursos sobre a população em situação de rua.

A seguir, realiza-se a análise dos documentos que foram utilizados neste trabalho. Trata-se de uma discussão acerca das características do documento, seu conteúdo, estrutura, e alguns dados complementares, os quais dão um norte para os possíveis discursos contidos nestas publicações.

4.1 ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (2008)

Quanto à estrutura, é um documento de 25 páginas, composto de capa, apresentação, introdução, caracterização da população em situação de rua, princípios, diretrizes, ações estratégicas, direitos humanos, trabalho e emprego, desenvolvimento humano/habitação, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional, saúde, cultura, referências bibliográficas, legislação e regulamentação.

Em relação ao contexto que levou à elaboração do conteúdo do documento a ser aqui analisado, é necessário pontuar o Decreto S/N de 25 de outubro de 2006 (Apêndice I) que instituiu a política nacional. Este Decreto constituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com objetivo de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para inclusão social da população em situação de rua, correspondente a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993⁷.

De acordo com o entendimento, fica facultado ao grupo de trabalho interministerial convocar membros da sociedade civil para participação da construção da Política. Desta forma, obteve-se a participação do Movimento Nacional de População de Rua, Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social. Vale ressaltar que não está claro no documento a realização de audiências públicas, debates abertos, seminários e/ou demais eventos para essa produção, transparecendo a ideia de reuniões fechadas com participações por meio de convite, contudo, fica evidente a participação dos representantes dos movimentos sociais de população em situação de rua.

No corpo do documento final da Política, os autores citados como referencial teórico são, em sua maioria, sociólogos e cientistas políticos, sendo também citado um dos autores que dialogam com este trabalho, Castel (1998), um dos principais pesquisadores contemporâneos das ciências sociais, que muito contribuiu nas discussões com a Psicologia Social.

Segundo o texto da Política, é possível utilizar o raciocínio de John Rawls e Robert Castel de que a inclusão social para pessoas em situação de rua se trata de uma discriminação

⁷Trata-se da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, que já sofreu algumas alterações com a inclusão de outras leis, mas que tem por finalidade dar definições e objetivos, e afirmar a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. É Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

positiva, isto é, não deixa de ser discriminatória, porém necessária para ofertar garantias de direitos mínimos às pessoas em situação de vulnerabilidade, marginalidade e/ou indigência em função da situação de rua.

Além disso, no documento são realizadas citações de pesquisas realizadas pelo MDS que embasam as discussões sobre o quantitativo de pessoas vivendo nas ruas nas cidades brasileiras, o motivo pelo qual se encontram nessa condição, e também possíveis estratégias para a sua inclusão social, embasando assim outras pesquisas posteriores na área.

Buscou-se identificar no documento, neste primeiro momento: 1) as principais práticas discursivas nele contidas quanto à população de rua, com citações literais alinhadas no Quadro 2 (logo abaixo), demarcando os “Discursos” mais utilizados nas diretrizes finais para as políticas voltadas a pessoas em situação de rua. Em seguida, 2) faz-se uma discussão teórica acerca dos “Sentidos” na perspectiva da Psicologia Social, e também sobre algumas definições encontradas no texto da Política, conforme expostos a seguir.

Quadro 2 - Discursos encontrados sobre população em situação de rua na Política Nacional Para Inclusão Social da População em situação de rua (2008).

	Discursos
População em situação de rua	1. Segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos. (p.2).
	2. Parcela da população que fazem da rua seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades. Estas pessoas relacionam-se com a rua, segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados [...] em comum possuem a característica de estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que as caracteriza como “população em situação de rua”. (p.3).
	3. Encerra em si o trinômio exprimido pelo termo exclusão: expulsão, desenraizamento e privação. (p.3).
	4. Podem se caracterizar como vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes (MARTINS, 1994) (p.3).
	5. Como apontam teóricos como Oscar Lewis (1978), há que se caracterizar pessoas em situação de rua não apenas pela falta de atributos, mas por atributos específicos a elas. (p.6).
	6. Faz-se relevante perceber que o termo “povo da rua” têm passado por revalorização e ressignificação positiva, devido ao valoroso papel dos movimentos organizados de pessoas em situação de rua, dentro da ideia de protagonismo social e autonomia sobre suas vidas. (p.8).
	7. São diversos grupos que estão nas ruas: imigrantes, desempregados, egressos do sistema penitenciário e psiquiátrico, entre outros, que constituem uma enorme gama de pessoas vivendo o cotidiano das ruas. (p.8).
	8. Definição do MDS, para fins instrumentais, a seguinte definição: grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (p.8).
	9. A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como espaço de moradia e sustento. Naturalmente, existem muitas outras especificidades que perpassam a população de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiência físicas e mentais. (p.9).
	10. A população em situação de rua é predominantemente masculina, 82%. se declaram pardas. Baixo nível de escolaridade. A maioria costuma dormir nas ruas e as que escolhem dormir nos albergues é pelo medo da violência. O principal motivo de ida as ruas, foram problemas com álcool e outras drogas, desemprego e

	<p>desavenças com a família. A maioria das pessoas é originária do local. Grande parte já passou por alguma instituição.</p> <p>51, 9% têm contato com algum família/parente. 70,9% trabalham, ou seja, exerce atividade remunerada. Se declararam com vários problemas de saúde e a maioria não é assistida pelos programas de benefício social. (p.10-13).</p>
--	--

4.1.1 Discussão

Para iniciar uma discussão dentro dos pressupostos da Psicologia Social, sobre o entrelaçamento do discurso (práticas discursivas) encontrados em um documento de domínio público, e a pesquisa de compreensão dos sentidos encontrados nos discursos contidos no arquivo documental, faz-se menção à noção de conhecimento dentro das práticas sociais discursivas, para se chegar a obter um posicionamento quanto ao discurso a ser encontrado e interpretado pela pesquisadora.

De acordo com Spink e Gimenes (1994, p. 150), na Psicologia Social o conhecimento é percebido em perspectivas diversas. Sob o ponto de vista da sociedade (a sociogênese), “é como o imaginário social envolve e se transforma sob a força dos processos sociais, incluindo aí a divulgação das ideias pela mídia”. Já no olhar do desenvolvimento individual, a ontogênese “é a construção do conhecimento nos diferentes estágios do desenvolvimento, da infância à maturidade”. Por último, na perspectiva interacional, a microgênese “é a elaboração de versões compartilhadas e a negociação de identidades sociais”.

As autoras afirmam que ao falar da produção de sentido está se destacando a terceira perspectiva de estudos sobre o conhecimento, a escala microgenética, ou seja, as práticas sociais desenvolvidas em micro contextos, ainda que esta faça parte do um universo mais amplo das ideias na sociedade. Através desse olhar, há “o pressuposto de que conhecer é dar sentido ao mundo [...]a produção de sentido é um processo de negociação continuada de identidades sociais” (SPINK; GIMENES, 1994, p. 150).

O argumento desenvolvido é que conhecer consiste em dar sentido ao mundo. Não apenas como mero processamento de informação, adesão a uma ou outra teoria científica, ou construção lógica do pensamento: “O conhecimento na ótica da produção de sentido implica, sobretudo, no **posicionamento** perante os dados, as teoria, e os outros - nossos interlocutores diretos ou genéricos” (SPINK; GIMENES, 1994, p. 150). Desta forma, as autoras destacam três aspectos fundamentais para este entendimento:

1. Dar sentido é sempre uma atividade cognitiva, ou seja, implica no uso de conexões neurais habituais desenvolvidas pela experiência no enquadre das contingências do contexto cultural e social. Esta articulação com o contexto cultural e social pressupõe a interface entre dois tempos distintos: o tempo histórico em que se inscrevem os conteúdos imaginários derivados das formações discursivas de diferentes épocas; e o tempo vivido em que se inscrevem os conteúdos derivados dos processos de socialização primária e secundária.
2. Dar sentido ao mundo implica, também, em posicionar-se em uma rede de relações e pertence, assim, à ordem da intersubjetividade. Isso implica em trazer para o cenário o tempo presente.
3. Dar sentido implica, ainda, em posicionar-se no fluxo dos acontecimentos. Ou seja, estabelecer suficiente coerência e continuidade de modo a reconhecer-se como sujeito histórico (ou sujeito que tem uma história) em um mundo caracterizado pela polissemia. (SPINK; GIMENES, 1994, p. 151-152).

Assim, utilizando o conhecimento das práticas discursivas e tendo como objetivo a análise e discussão do documento público acima descrito, nota-se que o mesmo apresenta alguns sentidos sobre “pessoas em situação de rua”. A seguir, far-se-á uma breve discussão acerca dos termos encontrados no documento analisado.

Um primeiro posicionamento discursivo, localizado no item 1 dos discursos, diz que a população de rua é um “Segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos”.

É possível pensar que, a partir do sentido de descaso, marginalização ou abandono de pessoas vivendo na rua, começou a ocorrer a organização e efetivação dos serviços sócio-assistenciais, garantidos como direito por meio das políticas públicas, e não mais como assistencialismo, com a responsabilidade de atender os que mais precisam.

Pode-se dizer que o Brasil necessitou dar conta de uma nova estrutura a este público, inclusive com alguns dos mais recentes serviços implantados na saúde e na assistência social, a partir de uma escala de prioridades. Além disso, o documento parece dar voz aos diversos movimentos sociais participantes do processo de construção da Política, pois aparecem os seus interesses descritos no texto final, ainda que não tenham sido escritos por pessoas em situação de rua.

Outro sentido que surge no documento diz respeito à definição e/ou à causa que levam as pessoas a buscarem as ruas para viver, tema que pressupõe a seguinte ideia: a de que o contexto social dessas pessoas é frágil por algum motivo, tornando-as desamparadas, excluídas, marginalizadas.

Nos itens 2, 7, 8, e 9, para dar definição de “população em situação de rua” existe uma marca de diversificação/variação⁸, isto é, quando lê-se: “segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados” (2), “São diversos grupos” (7), “grupo populacional heterogêneo” (8),” A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo” (9), mostrando assim, que existem vários rostos, diversos motivos para as pessoas estarem na rua, várias idades, e principalmente, diferentes histórias de vida, ou seja, existem pessoas.

É possível afirmar, como foi apontado na fundamentação teórica, destacando Castel (1997), que não cabe mais o discurso da pessoa em situação de rua como o “vagabundo fracassado”, e concebê-lo dessa maneira é por si só uma definição unilateral das vicissitudes e da vida destes sujeitos. Atualmente, a política pública se preocupa, então, em demarcar a diversidade dessas pessoas dando-lhes um sentido mais amplo.

Nos itens 4 e 5, quando o documento utiliza a citação de alguns autores para definir quem são as pessoas que estão nas ruas, Martins (1994) (4) afirma que essas pessoas são “vítimas” do processo social, não sendo, talvez, um sentido bem empregado para os dias atuais, já que se trata de uma literatura do início dos anos 1990. Hoje, algumas pessoas que vivem nas ruas fazem parte de um movimento de população de rua, estão discutindo políticas públicas para dar voz a sua existência e, mesmo as que não fazem parte de nenhum movimento, podem se definir de alguma outra forma que não vítimas.

Já no item 5, na citação de Oscar Lewis (1978), pontua-se que “há que se caracterizar pessoas em situação de rua não apenas pela falta de atributos, mas por atributos específicos a elas”, dando o entendimento, dos atributos a serem destinados a essas pessoas, tais como o restabelecimento da garantia dos direitos sociais e do protagonismo dessa população.

Seguindo o mesmo raciocínio, o item 6 propõe uma mudança de paradigma sobre a população de rua, e segundo a política, há uma valorização desse público, “dentro da ideia de protagonismo social e autonomia sobre suas vidas”. O texto fala de uma revalorização dessas pessoas, atrelada à luta dos movimentos de rua. Entretanto, acredita-se que essa chamada “valorização” ainda lhes é atribuída por um grupo muito pequeno e possuidor de um olhar

⁸ Sobre essa diversidade, a qual na Psicologia nomeia de subjetividade, Suely Rolnik (1993, p. 2) destaca: pois bem, no visível há uma relação entre um eu e um ou vários outros (como disse, não só humanos), unidades separáveis e independentes; mas no invisível, o que há, é uma textura (ontológica) que vai se fazendo dos fluxos que constituem nossa composição atual, conectando-se com outros fluxos, somando-se e esboçando outras composições. Tais composições, a partir de um certo limiar, geram em nós estados inéditos, inteiramente estranhos em relação àquilo de que é feita a consistência subjetiva de nossa atual figura.

mais crítico dos aspectos sociais. Mas, pontuar os movimentos sociais traz uma concepção mais integradora a este documento.

Nos itens 8 e 9, têm-se duas definições sobre pessoas em situação de rua, a primeira estipulada pelo MDS e a segunda definição pela própria política. Destaca-se que as pessoas consideradas o “refúgio humano”, parafraseando Bauman, necessitam sempre de uma definição, um sentido para sua existência e aceitação. Enfatiza-se, por exemplo, em um estudo com “crianças”, que parece não haver muita preocupação em definir o conceito exato de criança, como se as pessoas entendessem perfeitamente o sentido em ser “criança”. Porém, se uma pesquisa quiser focar a criança com alguma limitação física ou deficiência, torna-se necessário definir que o trabalho é com “crianças com limitações físicas especiais” ou “crianças com deficiência”, e conceituar mais rigorosamente essa terminologia, fornecendo um discurso que possa dar sentido a essas crianças vistas como “diferentes”.

Assim, é também no campo da diversidade de gênero, no qual é necessário saber falar corretamente os artigos “a” e “o” para a identidade com a qual cada pessoa se identifica, por exemplo, “a travesti” e definir o que se pode considerar uma travesti. O mesmo fenômeno não parece ocorrer com a definição de mulher, pois quando se fala “a” mulher, na maior parte dos casos há um entendimento, um sentido discursivo socialmente sustentável.

Com as pessoas em situação de rua não é diferente. Diz-se “pessoa em situação de rua”, mas não se diz tão comumente “pessoa que não é da rua”. De acordo com Goffman (2013), o estigma faz com que um coletivo precise criar o discurso que se aproxime do aspecto da “normalidade”, militar por tais definições, muitas vezes corrigi-las, adequá-las, para que então possa se pensar em uma aceitação ou em diversos outros questionamentos, para então se acatar um sentido aceitável a esse posicionamento discursivo.

Vale ainda enfatizar que as duas definições sobre população de rua da Política (itens 8 e 9) trazem em si o sentido da pobreza, cor/raça, gênero, escolaridade e vínculos familiares fragilizados, considerados como fatores sociais que levam as pessoas a buscarem as ruas para viver. No item 9, o documento utiliza o termo “desfiliação”, apontado por Castel, para definir a pessoa da rua como excluída da ordem do trabalho e da ordem comunitária.

Quanto ao item 10, a política pública aponta para alguns dados quantitativos, afirmando que 82% da população em situação de rua é predominantemente masculina, auto declarada parda, com baixa escolaridade, com problemas em decorrência do álcool e outras drogas, desemprego e desavenças com a família, e a grande maioria já passou por alguma instituição (abrigo, albergue, entre outros).

É importante discutir que esses dados apontam para uma questão de gênero, na qual a pesquisadora pode hipotetizar alguns fenômenos: será que sabendo da violência existente nas ruas, muitas mulheres conseguem estabelecer, ainda que com todas as dificuldades e índices de pobreza, uma rede de proteção para evitara permanência integral nas ruas pensando, por exemplo, no feminicídio iminente e na violência sexual comuns nesse espaço?

A sociedade de um modo geral ainda consegue controlar e/ou “proteger” as mulheres na chegada às ruas? Consideram-se os homens mais resistentes para o enfrentamento de dificuldades nas ruas e por isso é mais frequente a sua presença nos espaços urbanos? Quais os elementos nos processos de subjetivação masculina que facilitam a busca maior das ruas?

São alguns questionamentos a se ponderar como pertinentes e, talvez, bastante presente na subjetividade brasileira. O gênero masculino parece ser mais presente nas ruas desde a infância, não à toa o discurso coletivo relacionado a essa etapa da vida comumente é sobre “os meninos de rua” nos dados estatísticos apontados por algumas pesquisas acadêmicas, como se a maioria fosse de meninos nas ruas, ignorando a existência também de muitas meninas nos espaços públicos.

Outro aspecto relevante a ser analisado remete à relação de cor da pele. Autores, como Castel (1987; 1997; 2011), já vêm discutindo em suas obras aspectos histórico-sociais atrelados ao contexto de marginalização de alguns povos autóctones e seus descendentes quando inseridos na realidade da Europa. Entretanto, no Brasil, essa conjuntura social e histórica, apesar de ser diferente na questão dos migrantes mais recentes e seus descendentes, possui a semelhança no processo de exclusão social de negros e pardos, marcados pela violência, estigmas e discriminações desde o processo de escravidão.

Com relação ao álcool e outras drogas, a política cita algumas pesquisas com população de rua que trazem estatísticas com índices significativos de uso de drogas nos espaços urbanos, sendo um motivo a mais para estigmatização dessas pessoas, pois as drogas são muito associadas ao discurso da criminalização e violência, sendo portadoras dos sentidos de marginalização e dos posicionamentos de delinquência passível de punição e encarceramento nos discursos socialmente hegemônicos.

Outras questões levantadas na discursividade das pessoas de rua mostram dados sobre a manutenção de vínculo com algum familiar durante a permanência nas ruas; muitos também possuem um trabalho, ou seja, conseguem receber uma renda mínima para sobreviver; os problemas de saúde são frequentes, a maioria sem assistência; benefício social ainda é raro.

Assim, tendo como base a afirmativa de Spink e Gimenes (1994), dar sentido a algo é sempre uma atividade cognitiva, e o ato de posicionar-se é tanto um recurso do sujeito ou documento pesquisado quanto do pesquisador, ao interpretar e problematizar os temas presentes nos discursos veiculados nos meios sociais, considerando as concepções e a formação profissional de quem faz a pesquisa, assim como o momento histórico e social, cultural e político vigente, entre outras diversas contingências em torno do estudo realizado e do tipo de discurso científico produzido.

Portanto, a posição adotada nesta pesquisa não poderia ser outra, senão a de questionar os processos de exclusão, militando pela inclusão social e garantia de direitos a toda pessoa, principalmente aquelas mais desfiladas dos processos sociais hoje existentes.

Quadro 3 - Discursos sobre os dispositivos propostos

Eixos – Temas	Dispositivos da Política de Direitos
Direitos Humanos	Fortalecimento da Ouvidoria para receber denúncia de violação de direitos humanos, em geral, e especialmente das populações em situação de rua; Parceria com os órgãos de defesa de direitos, para oferta de assistência jurídica e acesso a direitos como documentos básicos.
Trabalho e Emprego	Parcerias com o setor público e a iniciativa privada, a partir de recortes regionais, tendo como público alvo prioritário a população em situação de rua, para intermediação de emprego qualificação, incentivo a cooperativas e inclusão produtiva, cotas de trabalho, cartas de crédito solidário e oficinas de economia solidária.
Desenvolvimento urbano/habitação	Articulação com governos municipais e estaduais para criação de alternativas de moradia à população em situação de rua, tais como projetos e programas habitacionais federais, locação social, bolsas aluguel, moradias compartilhadas, reforma de imóveis públicos, disponibilização de imóveis urbanos vazios, priorização de áreas centrais, e proximidades dos locais de trabalho, facilidade de transporte, infraestrutura, etc.
Assistência Social	Estruturação da rede de acolhimento, especialmente os albergues, e inclusão das pessoas em situação de rua em programas e políticas públicas sociais, tais como cadastro único (CAD-ÚNICO), Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família (PBF), incentivo à frequência escolar e sistematização de indicadores de situações de vulnerabilidade e risco social.
Educação	Inclusão da população em situação de rua em programas de apoio ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em qualquer época do ano, nas redes de ensino de todo país, em escola aberta nos finais de semana, em meio aberto, sem deslocamento até as escolas, na oferta de educação de jovens e adultos, com incentivos a assiduidade, tais como a gratuidade do

	uniforme, material escolar, transporte, alimentação, flexibilização dos processos de matrícula e permanência e da exigência de documentos e comprovantes de residência, promoção da inclusão digital, inserção do tema população em situação de rua, gênero, raça e etnia nas escolas.
Segurança Alimentar e Nutricional	Através dos restaurantes populares, promover o direito a segurança alimentar e nutricional da população em situação de rua.
Saúde	Fortalecimento das ações de atenção à saúde mental das pessoas em situação de rua e acesso aos centros de atenção psicossocial (CAPS I, II, III e AD), fortalecimento das ações na atenção básica, com ênfase na estratégia de saúde da família (ESF) sem domicílio, para prevenção e tratamento de doenças com alta incidência (DST AIDS, Tuberculose, hanseníase, hipertensão, problemas de pele etc.), instituição e manutenção de casas de apoio ou similares, em caso de alta hospitalar ou para assegurar a continuidade do tratamento. Divulgação de sistema nacional de ouvidoria – disque saúde como canal de escuta do usuário (0800-611-997) junto à população em situação de rua, assim como criação de instâncias para organização da atenção à saúde desse público nas três esferas do SUS. Educação permanente às equipes do serviço de atendimento móvel de urgência – SAMU, agentes de comunitários de saúde – ACS e operadores de ouvidoria dos conteúdos relacionados a esse público, para garantia da atenção integral e adequação das ações e serviços para a equidade e acesso universal aos cuidados no âmbito do SUS.
Cultura	Financiamento e incentivo a projetos culturais, bem como do desenvolvimento artístico e cultural e acesso aos dispositivos disponíveis. Ações de cultura, esporte e lazer da população em situação de rua como forma de inserção social e construção da cidadania, assim como amplo acesso aos meios culturais e desenvolvimento de potencialidades artística por meio de aulas práticas de teatro, literatura e artesanato. Promoção de atividades culturais como meio de geração de renda, resgate de imóveis da união nos centros da cidade para promover ações culturais. Promoção da culturalidade como ressignificação da rua com ações e debates sobre a rua como palco de encontros, diálogos e construção de identidades, gerando conscientização nas concepções das pessoas em situação de rua, desconstruindo estigmas e promovendo ressignificações positivas.

A análise aqui iniciada dos discursos presentes na Política para pessoas em situação de rua irá continuar e se estenderá para os demais documentos de domínio público selecionados para esta pesquisa, de modo a dialogar com outras linguagens, sentidos e posicionamentos acerca da população de rua e autores, tendo como eixos os cuidados à saúde, assistência e outros direitos fundamentais dessas pessoas e grupos sociais tão diversos e complexos circulando pelos cenários urbanos. Cada documento será analisado seguindo os repertórios utilizados e os dispositivos disponibilizados de acordo com os eixos de políticas arrolados nos textos (ARAGAKI; PIANI; SPINK, 2014).

4.2 ANÁLISE DA SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM DIREITO HUMANO (2014)

Quanto à estrutura, é um documento de 37 páginas, composto de capa, apresentação, sumário, capítulo I “Construindo conceitos, desconstruindo preconceitos”, capítulo II “Reconhecimento e conquistas da população em situação de rua”, capítulo III “Participação social e a população em situação de rua”, capítulo IV “Saúde da população em situação de rua” e as referências.

Trata-se de uma cartilha, cujo objetivo é explicitar diretrizes, estratégias e ações destinadas à melhoria das ações de saúde para a população em situação de rua; combater o preconceito em relação a essa população no SUS; e garantir seu acesso aos serviços de saúde, com atendimento integral e humanizado, sendo elaborado pela secretaria de gestão estratégica e participativa do Ministério da Saúde.

Quadro 4 - Discursos encontrados sobre população em situação de ruana cartilha sobre Saúde da População em Situação de Rua: um direito humano (2014).

	Discursos
População em situação de rua	1. Pesquisas realizadas a partir da década de 90 apontaram para uma grande diversidade entre as pessoas em situação de rua e, conseqüentemente, não permitem a formulação de um conceito unidimensional. Encontramos entre elas diferentes condições pessoais, modos de subsistência, tempo de permanência na rua e de rompimento das relações familiares. (p. 11)
	2. De acordo com essa Política (referindo a Política Nacional da População em Situação de Rua) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou como moradia provisória. Ou seja, estabelece quatro condições para a caracterização como pessoa em situação de rua: pobreza extrema; vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; inexistência de moradia convencional regular; e utilização dos logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento. (p. 11).
	3. A pesquisa revelou que a população em situação de rua é composta predominantemente por homens (82%), sendo a proporção de negros (67%) consideravelmente maior que o percentual de negros da população brasileira (50,7% segundo censo demográfico de 2010), e que a maioria dessa população é composta por trabalhadores que exercem alguma atividade remunerada (70%). Os principais motivos que os levam à situação de rua foram: desemprego (29, 8%), conflitos familiares (29, 1%) e alcoolismo/drogas (35,5%).

4.2.1 Discussão

Inicialmente, é importante pontuar que, apenas essas três definições sobre pessoas em situação de rua foram encontradas no documento, como mostra o quadro acima. Além disso, identifica-se que as definições se assemelham as da política nacional. O acréscimo seria justamente quando no item 1, em que há uma referência da pesquisas realizadas nos anos 1990, mas que chegam às conclusões atuais, isto é, que as causas que levam as pessoas a viverem nas ruas é multifatorial.

No item 2, este documento faz uma citação na íntegra na definição estabelecida na política nacional de pessoa em situação de rua.

A percepção que se dá ao ler e analisar os dois documentos, é que ele foi escrito e pensado pelas mesmas pessoas. Há um alinhamento nos sentidos encontrados. É possível pensar em três pontos:

1. Contextualização política do Brasil: o período de construção desses documentos, os listados no Quadro I, coincidem com um momento de administração pública da “esquerda” e, com ela, aspectos ideológicos, que até onde se acredita parte de um olhar diferenciado aos excluídos, adota uma posição de apoio a igualdade social e, conseqüentemente, algumas iniciativas de inclusão. É claro, que esse olhar não deve ser ingênuo, ao considerar que o país também tem que caminhar com os processos mundiais de políticas compensatórias aos excluídos, pois, em geral o Brasil, já parte de um atraso cronologicamente social.
2. O tempo de um documento para o outro (seis anos) não parecer ser o suficiente para se criar uma definição mais abrangente do que o conceito em si já traz. Este conceito produz um sentido de muitas possibilidades. Aí podem ser muitos contextos em um só. A pessoa pode vir e partir de muitos lugares e coisas como as variadas pesquisas apontam.
3. Não obstante, o primeiro documento é a política nacional, ela parece demonstrar um alicerce aos demais, como este documento. A consequência de sua existência. Não é um documento para questionar e, sim, para complementar uma política pública. Poderia também questionar, mas não utiliza dessa argumentação.

No item 3, outra compilação de dados é feita a partir da pesquisa realizada pelo MDS, daí mais uma vez a aparição do quanto o processo de escravidão caracteriza o excluído como o homem negro que já possui em sua história um empobrecimento socioeconômico.

Ademais, observa-se neste documento uma maior menção as pessoas em situação de rua e aos movimentos sociais, ilustrando com frases ditas várias passagens do documento, além de outros posicionamentos. Para melhor ilustrar, abaixo o Quadro 5 destaca essa afirmativa.

Quadro 5 - Sobre os Movimentos Sociais

	<p>1. “O tempo do cobertor e papelão passou, o que nós queremos agora é políticas públicas” (Maria Lúcia MNPR). (p. 15).</p> <p>2. 3 Participação social e a população em situação de rua. (p. 15).</p>
--	---

Voz aos Movimentos Sociais	3. “A gente está tirando essa população de rua da invisibilidade política, e começando a discutir políticas públicas com a população de rua. Não só com foco na assistência social, mas sim com foco na questão do direito ao trabalho, à habitação, à cultura, ao lazer...” (Samuel Rodrigues, MNPR). (p. 15).
	4. 3.1 O Movimento Nacional da População em Situação de Rua. (p.15).
	5. 3.2 Espaços de Participação Social
	6. Nesse sentido, é importante destacar que, no âmbito da saúde, as principais formas de participação social são as Conferências, os Conselhos de Saúde e o Comitê Técnico de Saúde da População em situação de rua. (p. 22).
	7. Eixo 4: Fortalecimento da Participação e do Controle Social. (p.29).
	8. Fortalecimento da participação e do controle social: apenas com a participação e controle social poderemos aprimorar os serviços do SUS. Os usuários devem ser ouvidos e é essencial que haja espaço para participação. A presença de representantes do Movimento da população de rua nos conselhos de saúde e a criação de comitês técnicos estaduais ou municipais de saúde da população em situação de rua são iniciativas que promovem a participação social e certamente contribuem para o aperfeiçoamento do atendimento. (p.33).

Neste documento, nota-se a presença mais delimitada dos movimentos sociais, seja pela aparição de discursos de pessoas do Movimento Social de Rua como apontam os itens 1 e 3 do Quadro 5, seja pela abertura da seções ou pelas afirmativas da importância da participação e do controle social como apontam os itens 2, 5, 6, 7 e 8.

Nos discursos das pessoas do movimento de rua, como destacado nos itens 1 e 3, o que aparece em comum é a busca por “políticas públicas”⁹, além do apontamento do item 4 mostrar a abertura de uma seção, destacando a importância do Movimento.

Sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, a formação deste Movimento se deu pela crescente indignação dos vários episódios de violência contra essas pessoas. Iniciado em 2000, já contou com diversas manifestações, criação de sua bandeira e participação nos mais importantes debates sobre a temática, quase toda a totalidade dos documentos vigentes se deu pela participação do Movimento (BRASIL, 2008, p. 19).

Assim, é de suma importância recorrer a Constituição Federal - CF de 1988, pois a efetiva participação nos movimentos sociais é reconhecida como um direito fundamental, também como uma tentativa de superação diante a tantas mazelas históricas brasileiras, como

⁹ São conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visem assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. Disponível em: <www.politize.com.br>

o regime militar de 1964, que ocasionou tanta tortura e morte àqueles que buscavam um país mais justo e igualitário, mas principalmente expressar suas opiniões sem censuras.

No capítulo dos Direitos Sociais da CF de 1988, os mais excluídos passaram a poder usufruir destes direitos sem precisar contribuir com a previdência. Assim, traçar alguns pontos do título VIII (Da Ordem Social), art. 196 e 203 da CF de 1988 são importantes.

No art. 196 da CF, o discurso mostra que a saúde é um direito de todos e dever de Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos, bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Isto é, se é um direito a todos e o acesso é universal, não deveria ser necessário, em 2017, mais uma luta ainda pela inserção por este acesso, porém no Brasil, além da delimitação posta pela CF, outras políticas públicas precisam existir, além de esclarecimento constante para sua aceitação.

Neste documento de análise, há um destaque de que a pessoas em situação de rua não devem ser atendida exclusivamente pelo consultório na rua¹⁰, se necessário este equipamento fará os devidos encaminhamentos e é um dever ser atendido pelo serviço destinado, além de destacar que a portaria MS/GM Nº 940, de 28 de abril de 2011 dispensa aos ciganos, nômades e pessoas em situação de rua a exigência em apresentar o endereço de domicílio permanente para aquisição do cartão do SUS, protocolo necessário para as demais pessoas. Tem-se a política pública, agora é a busca por efetivação.

Outro ponto importante, que nos itens 2, 5, 6, 7 e 8 há um apontamento para as principais formas de participação social, destacando as conferências, conselhos e comitê técnico.

Para melhor abordar, o próprio documento menciona que as Conferências são espaços de debate para avaliar a situação de saúde e proposta de diretrizes. É realizada de quatro em quatro anos. Enquanto que os Conselhos são espaços deliberativos e permanentes do SUS com participação de representantes do governo, dos usuários, dos profissionais e dos prestadores de saúde. Os conselhos são compostos por 50% de usuários, 50% de gestores, prestadores de serviços e trabalhadores.

Como se trata de um documento voltado para saúde da população em situação de rua, são apresentados dados do perfil da saúde dessas pessoas, através de dados da pesquisa

10Os Consultórios na Rua são formados por equipes multiprofissionais e prestam atenção integral à saúde de uma referida população em situação de rua *in loco*. As atividades são realizadas de forma itinerante e quando necessário deverão utilizar as instalações das Unidades Básicas de Saúde do território desenvolvendo ações em parceria com as equipes das mesmas.

nacional, já citada anteriormente (item 4 do Quadro 1), na qual 29,7% dos entrevistados afirmam ter problemas de saúde, os problemas mais citados são: hipertensão, problemas psiquiátricos, HIV e problemas de visão. 18,7% fazem uso de medicação em alguma unidade básica de saúde e, em geral, essas pessoas procuram primeiramente os hospitais e, posteriormente, as unidades de saúde. O que acaba se contradizendo com a reflexão acima, sobre o direito igualitário ao acesso dos serviços de saúde. Os dados mostram um acesso precário e uma falta de cuidado ainda maior, chegando a um agravamento dos casos que poderiam ter tido resolutividade de modo mais simples.

Assim, o documento encerra com o apontamento de que há uma dificuldade no acesso dessas pessoas aos serviços de saúde, que é necessário uma articulação intersetorial, que é imprescindível uma sensibilização e qualificação dos profissionais que atuam com este público, e igualmente, um fortalecimento da participação e do controle social.

Sendo os documentos a representação dos discursos (ao que ele se propõe) das necessidades políticas do Brasil, é possível destacar alguns pontos:

1. A necessidade da criação de um documento desta natureza, no qual o destaque é a melhoria do acesso aos serviços; o levantamento de dados que acusam o acesso deficitário e o reconhecimento de uma exclusão deste público é a confirmação do sentido dado a essas pessoas.
2. O reconhecimento da participação social e dos Movimentos sociais promove o sentido de estar em conformidade de leis maiores, como a CF de 88, cuja participação é necessária e fundamental.

4.3 O QUE SE DIZ NOS DOCUMENTOS ANALISADOS

De acordo com o pesquisado e analisado, observa-se que tanto a Política de 2008, quanto a Cartilha de 2014, assim como os demais documentos do Quadro 1, utilizam como conceito de “População em Situação de Rua” a seguinte definição:

A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como espaço de moradia e sustento. Naturalmente, existem muitas outras especificidades que perpassam a população de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiência físicas e mentais (BRASIL, 2008, p. 9).

Não à toa, esse conceito parece fazer a tentativa de abarcar as maiores possibilidades, no intuito de não deixar de evidenciar as variáveis que podem afetar para tal condição, mas ao final, destaca que fatores como gênero, raça/cor, idade, deficiência física e mental são determinantes para chegada dessas pessoas nas ruas, isto é, levando em consideração todo fator sócio-histórico que afetas essas classes.

Importante destacar que a desfiliação, como é posta neste conceito, é uma categoria definida por Castel, autor base deste trabalho, que considera um desligamento do processo de trabalho, bem como de relações afetivas, um rompimento de dois eixos fundamentais das sociedades.

Percebe-se uma linearidade na construção dos documentos, visto que eles se assemelham, dando a ideia de uma produção feita por uma só pessoa. É claro que, a diferença de tempo de um para o outro, fica evidente uma presença maior dos movimentos sociais no documento de 2014, como se o Movimento tivesse ganhando maior espaço com o passar dos anos.

Os documentos são Políticas Públicas executoras da garantia de direitos humanos, daí a necessidade de exporem modos de como os diversos profissionais devem atuar, além de pontuara necessidade de como refletir, implantar e executar os serviços às pessoas em situação de rua. Pode-se afirmar que os documentos partem de uma cronologia recente para uma demanda antiga e com tantas necessidades.

Falar de uma Política Nacional, isto é, considerada a base inicial do processo, e ademais partir para um eixo específico de saúde, é sem dúvida pensar nas diferentes características que os órgão da saúde trazem, como seus níveis de complexidades e serviços existentes.

As reflexões teóricas dos documentos partem de um olhar de sociólogos e cientistas políticos de destaque do cenário acadêmico.

É possível a afirmativa de maiores similaridades do que convergências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, acredita-se que a partir do arcabouço teórico – apresentado por autores como Castel, Goffman, Bauman e Souza – foi possível identificar mais similaridades do que interseções, por isso, talvez essas escolhas pela autora. Nas obras citadas, pode-se encontrar contextualização histórica para destacar problemas sociais de cada grupo abordado por eles, além de mostrar as diferentes esferas da pobreza e, conseqüentemente, as exclusões sofridas por aqueles inseridos nesta categoria.

Percebe-se que a discriminação positiva ainda é o subterfúgio mais imediato que se tem na atual conjuntura social e que demonstra funcionalidade. Muito embora, acredita-se que a humanidade inventará novas e diferentes formas de solucionar seus problemas sociais. Ainda sob esse entendimento, acredita-se que o termo “pessoas em situação de rua”, é o termo que melhor integra as diferentes pessoas e diferentes histórias postas nessa realidade.

Não obstante, políticas públicas são necessárias para dar conta deste cenário mundial e, os documentos analisados, são descrições de políticas públicas brasileiras. É importante destacar, que esses documentos datam do início do governo do ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dão continuidade de suas publicações no governo da ex presidente Dilma Rousseff. O Partido dos Trabalhadores com sua perspectiva de esquerda, foi o partido, junto com seus líderes, que consolidou documentos, bem como equipamentos públicos importantes e necessários para a garantia de direitos das pessoas em situação de rua. Têm-se o olhar que esses documentos e suas estratégias são elementos fundamentais para processos de emancipação e superação de estigmas.

Quanto à metodologia, identifica-se que a forma escolhida para ter acesso à leitura do objeto de pesquisa correspondeu ao que se acredita e deseja, compreendendo que o estudo da linguagem em toda sua complexidade, a análise dos discursos apresentados nos documentos de domínio público, traduzem parte do pensar sobre pessoas em situação de rua.

De acordo com o apresentado, mostra-se que os objetivos foram alcançados, uma vez que se encontrou discursos sobre pessoas em situação de rua, tendo como evidência a heterogeneidade dessa população que adentra as ruas por questões multifatoriais, mas a marca ainda é traduzida pela pobreza, homens negros, com relações familiares fragilizadas ou rompidas, além de ter identificado a participação dos movimentos sociais tendo voz na participação das políticas públicas.

Esta pesquisa tem relevância científica e social, tanto pelo crescente número de pesquisas com esta temática nas áreas das ciências sociais, tendo como preocupação a contribuição em novas formas de pensar e agir com pessoas à margem dos direitos civis básicos, quanto pela validação das pessoas em situação de rua, no sentido de ter voz para falar suas próprias necessidades e desejos.

Espera-se que cada vez mais o Brasil possa alcançar o patamar da igualdade social, eliminar/diminuir os números de violências cometidas às pessoas em situações de rua e que os documentos possam ser relevantes no sentido de efetivar suas propostas dando a garantia de direito a todos.



Foto: Carlos Chagas

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é um dispositivo?** Conferência proferida no Brasil. Ilha de Santa Catarina, 2005.

ARAGAKI, S.; PIANI, P. P. F.; SPINK, M.J. Uso de repertórios linguísticos em pesquisa. In: SPINK, M.J.P. et al. (Org.). **Produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

BAKHITN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRANDÃO, H.H.N. **Introdução à análise do discurso**. 3. Ed. Ver – Campinas: SP, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua para consulta pública**. Brasília, 2008.

_____. Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF, 2009.

_____. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Ministério da saúde. Secretaria de gestão estratégica e participativa. **Plano operativo para implementação de ações em saúde da população em situação de rua 2012-2015**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal**,

Paris e Londres. / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da População em situação de rua: um direito humano**. 2014.

_____. Conselho Nacional do Ministério Público. **Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua** / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2015.

CASTEL, R. **A gestão do risco: da anti-psiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

_____. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **Caderno CRH**, n. 26/27, p. 18-40, 1997.

_____. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis: RJ, 2011.

COVRE, A.L.; MIOTELLO, V. O Conceito de gênero do discurso e a filosofia Bakhtiniana de linguagem. **Linguagem**, v. 2, p. 1-6, 2008.

DE LUCCA, D. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GERGEN, K.J.; GERGEN, M. **Construcionismo social: um convite ao diálogo**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

_____. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Revista Internacional Interdisciplinar - INTHERthesis**, Florianópolis, v.6, n.1, p.299-325, 2009. (Originalmente publicado em 1985).

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GRAMSCI, A. a concepção dialética da história. 8 ed. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 1989.

FIGUEIREDO, Pedro Paulo Viana. Das ontologias e *selves*: singularidades e multiplicidades na noção de pessoa. In: SPINK, M. J. FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J. (Org.) **Psicologia social e personalidade** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Cartilha para Formação Política: Conhecer Para Lutar**, 2010.

PECHMAN, R.M. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, M.S. (org.). **Imagens da cidade – séculos XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero; ANPUH/SP, FAPESP, 1993. p. 32

RAWLS, J. **Uma teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de subjetividade**, Programa de Estudos Pós Graduated de Psicologia Clínica, PUC/São Paulo, 1993.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. I, jul. 2009

SANTOS, W.G. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1987.

SILVA, D. G. **Corpos em situação de rua em Belém do Pará**: os testemunhos da desfiliação social. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2014.

SPINK, M. J.(Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

_____.GIMENES, M.G. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença.**Saúde e Sociedade**, v. 3, n.2, p. 149-171, 1994.

_____. FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J. (Org.) **Psicologia social e personalidade** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011.

SPINK, P. . Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, M.J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

_____. et al. Documentos de domínio público e a produção de informações in: SPINK, M.J. et al. (Orgs.). **Produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

VALENCIO, Norma E L. S.; CORDEIRO, Angélica A. **Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua**. Universidade Federal de São Carlos, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A - DECRETO S/N DE 25 DE OUTUBRO DE 2006

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea *a*, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Os estudos e propostas de políticas públicas de que trata o *caput* devem primar pela ação intersetorial entre as políticas de assistência social, saúde, educação, habitação, trabalho e renda, cultura e garantia de direitos humanos.

Art. 2º O GTI será composto por um representante, titular e suplente, de cada órgão a seguir indicado:

I – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o coordenará;

II – Ministério da Saúde;

III – Ministério da Educação;

IV – Ministério das Cidades;

V – Ministério do Trabalho e Emprego;

VI – Ministério da Cultura;

VII – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;

Parágrafo único. Os membros do GTI serão designados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mediante indicação dos dirigentes máximos dos órgãos nele representados.

Art. 3º Caberá ao GTI deliberar sobre a forma de condução de seus trabalhos.

Art. 4º É facultado ao GTI convidar, em caráter eventual, técnicos, especialistas e representantes de outros órgãos governamentais, colegiados e de entidades da sociedade civil para contribuir nas discussões acerca de temas relacionados ao trabalho.

Art. 5º O prazo para conclusão dos trabalhos do GTI é de sessenta dias, a contar da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, mediante ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 6º O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome prestará apoio administrativo e técnico para a consecução dos trabalhos a serem realizados pelo GTI.

Art. 7º A participação no GTI é considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de outubro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Patrus Ananias